



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA-UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CFP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO –CIÊNCIAS AGRÁRIAS

GINALDO FERREIRA MORAIS

A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS DO CAMPO NO SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES
- STTR DO MUNICÍPIO DE URANDI-BA

AMARGOSA-BA
2021

GINALDO FERREIRA MORAIS

**A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS DO CAMPO NO SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES
– STTR DO MUNICÍPIO DE URANDI-BA**

Monografia apresentada ao colegiado do curso de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, no Centro de Formação de Professores-CFP, como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaine Zdebski da Silva

**AMARGOSA-BA
2021**

Ao amor da minha vida minha admirável mãe dona Adenora, meu sobrinho Erick que tenho como um filho, meus irmãos em especial minha querida irmã Léia que desde o princípio ao fim, foram os motivos da minha persistência em lutar pelos meus objetivos.

Ao meu saudoso pai Lauro, em memória, que sonhava que um dia seu filho caçula pudesse se formar em uma universidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu bom Deus pelas conquistas, por me guiar no caminho do bem, e me proteger nas várias idas e vindas no percurso entre Amargosa e minha casa.

À minha querida orientadora Jana pela confiança e paciência, pela partilha do saber durante a construção deste trabalho com suas excelentes contribuições, pelas palavras de motivação e pelo aprendizado.

À grande amiga Leidejane Baleeiro que se dispôs a contribuir na coorientação do meu TCC, e, também, pelo trabalho de base que promoveu através do Jovem Saber, que foi o ponto inicial de minha inserção no movimento sindical.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares -STTR de Urandi, em especial à pessoa de Juliana Aranha responsável pela minha inscrição no vestibular da Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Agrárias, e toda a diretoria pela oportunidade da realização do segundo estágio.

Aos meus fiéis colegas, amigos e parceiros da caminhada acadêmica nas pessoas de Joselma Castro, Mariana de Deus, Mateus Silveira, Mauro Morais e Rogério Gonçalves que presenciaram juntamente comigo os desafios da luta pela permanência no curso, da convivência social, as tristezas e alegrias em geral, sempre apoiando uns aos outros para enfrentarmos os impasses que surgiram durante a vida universitária.

Às colegas Magna e Luciane responsáveis pela alimentação do coletivo do AP 5 nos primeiros semestres, e pela paciência durante o convívio.

Aos amigos Marciel e Arielton que se revezaram de boa vontade, em fazer companhia para minha mãe e meu sobrinho minimizando minhas preocupações enquanto eu me fazia ausente em casa e presente em Amargosa.

A todos colegas da segunda turma da LEdoC na UFRB, pela oportunidade de conhecer os diferentes costumes e culturas, pelas alegrias e o acolhimento coletivo, pois, todos éramos como um só, e ao mesmo tempo como abelhas viajantes, ninguém ficava distante do outro, a luta era coletiva.

Aos meus mestres e doutores da Educação do Campo, especialmente nas pessoas de Janaine Zdebski da Silva (Orientadora), Gilselia Macedo, Terciana Vidal, Carlos Adriano, Fábio Josué, Raul Lomanto, Franklin Plessmann, Maira Lopes, Ricardo Pacheco, Marcelo Santana, Eider De Souza, Poliana Da Silva, Elcio Rizerio e Nanci Rodrigues pela partilha do conhecimento, pelas alegrias e aventuras das viagens de campo, por compreender nossas limitações e entender nossa história, pelo apoio à permanência no curso, e pela amizade.

À escola Municipal São Jerônimo, na comunidade do Cheira Cabelo do município de Carinhanha-BA, especialmente a professora Maria Aparecida (Cidinha) que foi nossa supervisora durante o estágio, a todo o corpo docente e aos alunos para quem atuamos na prática docente.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Carinhanha-BA, a toda diretoria pelo acolhimento na sua sede e auxílio com o transporte para a prática do estágio na comunidade de Cheira Cabelo.

Aos professores do Colégio Estadual de Urandi, por oportunizar a realização do último estágio supervisionado, e aos alunos para quem realizamos as aulas.

À minha querida prima Elismarta da Silva Morais que me auxiliou com sua sabedoria, a construir os primeiros rabiscos do pré-projeto de TCC.

Ao amigo Marcos Vinícios pela contribuição e boa vontade que me proporcionou a avançar no processo de escrita, naquele momento de angústia para finalizar o trabalho.

Aos jovens do campo que colaboraram para a realização da pesquisa final contribuindo com as entrevistas.

Ao curso de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Agrárias do Centro de Formação de Professores-CFP da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB em Amargosa, e ao colegiado da LEdoC.

Aos movimentos sociais e sindicais que oportunizaram através da luta por uma Educação do Campo, que filhos e filhas de trabalhadores (a), do campo, das águas e das florestas, pudessem ocupar os espaços da universidade pública.

RESUMO

O presente estudo emana de uma inquietação, em compreender como tem sido a participação da juventude rural do município de Urandi no movimento sindical. Neste sentido, o objetivo geral do trabalho se norteou em pesquisar como se configura a participação dos jovens do campo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Urandi-BA. Além disso, pôde compreender os conceitos de sindicalismo rural no Brasil e de juventude camponesa, sistematizou as lutas sociais e sindicais historicamente vivenciadas pelos agricultores e agricultoras de Urandi e identificou fatores que interferem positivamente e de forma negativa na participação dos jovens no Sindicato Rural do município de Urandi. Para tanto, ocorreu um embasamento em alguns autores como, Rossi (2009), Mattos (2009), Gohn (2011), Coggiola (2010), Bogo (2010), Borges (2006) e Goettert (2001) para discutir sindicalismo e movimentos sociais. Para a discussão sobre juventude e juventude rural e Educação do Campo, baseamos em autores como Castro (2009), Abramo (2014), Rabello (2014) e Caldart (2012). Deste modo, no decorrer desta escrita, ocorreu uma discussão dividida em três capítulos, onde no primeiro foi feita uma abordagem acerca do surgimento do sindicalismo de um modo geral como base para entender o início das primeiras formações sindicais e a luta da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho. O segundo baseou numa discussão sobre o conceito de juventude e juventude rural abarcando diferentes aspectos dessa categoria como as potencialidades que os definem e as limitações que excluem, discriminam e desmotivam os jovens perante a sociedade. E por fim, um aprofundamento sobre como se dá a vinculação desses jovens no sindicato, e como a entidade tem atuado para fortalecer a vinculação desses sujeitos em suas atividades e na luta em defesa da classe trabalhadora. A metodologia utilizada teve como base a pesquisa bibliográfica, e um levantamento de dados empíricos com cinco jovens de diferentes comunidades rurais de Urandi, através de uma entrevista semiestruturada de cunho qualitativo, onde pôde identificar a importância da participação dos jovens no movimento sindical e social, a necessidade de fortalecer o incentivo aos jovens que ainda não participam em ocupar os espaços de luta por direitos e melhorias de vida, e, também demonstrou que é essencial quanto a existência do sindicato como representação dessa classe.

Palavras chave: Juventude, Sindicalismo, Educação, Campo.

ABSTRACT

In this study emanates from a concern, in understanding how the participation of rural youth from Urandi city has been in the union movement. In this sense, the general goal of the work was guided in researching how the participation of rural youth in the Union of Rural Workers family and farmers of the Municipality of Urandi-BA is configured. Further, it was able to understand the concepts of rural unionism in Brazil and peasant youth, systematized the social and union struggles historically experienced by farmers in Urandi and identified factors that positively and negatively interfere in the participation of young people in the Rural Union of the municipality of Urandi. Therefore, there was a basis in some authors such as Rossi (2009), Mattos (2009), Gohn (2011), Coggiola (2010), Bogo (2010), Borges (2006) and Goettert (2001) to discuss unionism and social movements. For the discussion on youth, rural youth and Rural Education, we based on authors such as Castro (2009), Abramo (2014), Rabello (2014) and Caldart (2012). This way, in the course of this writing, there was a discussion divided into three chapters, where in the first an approach was made about the emergence of trade unionism in general as a basis for understanding the beginning of the first union formations and the struggle of the working class for better work conditions. The second chapter was based on the discussion about the concept of youth and rural youth, covering different aspects of this category such as the potentialities that define them and the limitations that exclude, discriminate and discourage young people from society. And finally, the presentation of empirical data and deepening on how these young people are linked to the union, and how the entity has acted to strengthen the link of these subjects in their activities and in the struggle in defense of the working class. The methodology used was based on bibliographic research and a survey of empirical data with five young people from different rural communities in Urandi, through a semi-structured qualitative interview, where it was possible to identify the importance of youth participation in the union and social movement, the need to strengthen the incentive for young people who still don't participate in occupying the spaces of struggle for rights and improvements in life, and also demonstrated that it is essential regarding the existence of the union as a representation of this class.

Keywords: Youth, Trade Unionism, Education, Countryside.

LISTA DE SIGLAS

ABC	Cidades Industriais da Região Metropolitana de São Paulo
AI-5	Ato Institucional de Número Cinco
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CESOL	Centro Público de Economia Solidária do Sertão Produtivo
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CF	Constituição Federativa do Brasil
CLT	Constituição das Leis Trabalhistas
ENFOC	Escola Nacional de Formação da Contag
EFAs	Escolas Famílias Agrícolas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IF-BAIANO	Instituto Federal Baiano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTIC	Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
MESP	Ministério da Educação e Saúde pública
PCB	Partido Comunista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior
PRONERA	Programa Nacional da Reforma Agrária
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADRSS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNAE	Programa de Alimentação Escolar
PJR	Pastoral da Juventude Rural
SUS	Sistema Único de Saúde
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNB	Universidade Federal de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO 1- SINDICALISMO: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E ELEMENTOS DO CONTEXTO BRASILEIRO.....	14
1.1 As Origens do Sindicalismo	14
1.2 O Sindicalismo Rural no Brasil	34
CAPÍTULO 2 – JUVENTUDE NO CAMPO: ENTRE DESAFIOS E PROTAGONISMOS	38
2.1 Aproximação com as Discussões sobre a Juventude.....	38
2.2 Juventude Rural no Brasil.....	41
2.3 Educação Do Campo.	49
CAPÍTULO 3 - SINDICATO RURAL DE URANDI	54
3.1 Contextualização do Município de Urandi	54
3.2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi	55
3.4 Perfil dos Sujeitos da Pesquisa	63
3.5 A Participação dos Sujeitos da Pesquisa no STTR	64
3.6 As Contribuições da Participação no STTR para a vida dos Jovens	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

*“Muitos teriam chegado à sabedoria se não acreditassem que já eram suficientemente sábios.”
(Juan Luis Vives)*

O processo da pesquisa, é rigoroso no entendimento dos diferentes contextos que se propõe a estudar, mas, a recompensa maior é chegar a um entendimento que a história nos revela no decorrer da construção investigativa. Não é fácil se debruçar em algo novo, até então desconhecido, mas, o tempo é generoso em mostrar o caminho a ser percorrido, e o enriquecimento de conhecimento é o resultado de todo o esforço, de todos os impasses que a vida acadêmica nos prega. Mas são desafios superáveis, e que torna o ser humano ainda mais forte, e capaz de se adaptar a situações em prol da realização de um sonho.

Portanto, as inquietações que me lançaram para essa escrita, partiram de um questionamento sobre como se dá a participação dos jovens do campo no movimento sindical, entendendo que nos tempos em que a luta pela igualdade de direitos não cessa, e os jovens muitas vezes, acabam sendo vistos como distantes nesse processo político devido a diversos determinantes sociais.

Diante disso, como jovem sindicalizado, militante das causas coletivas, e um estudante pobre que teve a oportunidade de ocupar um espaço em uma universidade pública e de qualidade, criada por um governo do campo mais democrático e que possibilitou a valorização da educação com a ampliação de centros de educação pelo país, sinto-me extremamente feliz em defender essa classe à qual pertencço. O acesso à educação há muito tempo foi peneirado e o pobre, o negro, o índio, e os filhos de agricultores/as familiares não tinham o mesmo privilégio e a garantia a educação da mesma forma que era garantida para aqueles que possuíam, muitas vezes a pele de cor branca, e condições financeiras favoráveis. Com isso, hoje as adversidades até então, estão sendo superadas, mas para isso a luta não pode parar, o desejo de continuar defendendo o direito as igualdades e contra os privilégios de uma minoria, deve continuar existindo. Com base nessas inquietações, discuto neste trabalho perspectivas para o fortalecer as lutas sociais, e a participação ampla dos jovens.¹

Logo, devemos entender que várias situações em que vivemos, nos sujeitam a sermos excluídos e a viver presenciando cada vez mais o individualismo na sociedade. E nesse sentido, a população brasileira majoritariamente da classe trabalhadora, tem lutado contra a

¹ Em partes, discorro neste trabalho na primeira pessoa, mas, em sua maioria na terceira pessoa, vendo que, um posicionamento como o mencionado na primeira pessoa, é importante para se entender o processo de construção do conhecimento.

inferiorização de sua categoria pelo projeto hegemônico que sustenta o capitalismo, a desvalorização do trabalho com a negação de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras, e isso, também reflete nos dias atuais que não está tão diferente no que tange a desvalorização dos sujeitos mais pobres, e a invisibilidade, muitas vezes, do jovem e da jovem, em especial aqueles de origem camponesa. A sociedade capitalista, com os valores burgueses vive uma constante disputa de poder sobre bens naturais e materiais, e sobre o próprio ser humano. Isso é repugnante, isso não faz parte da perspectiva de vida de uma sociedade almejada como justa econômica e socialmente, onde todos tenham seus direitos garantidos.

Neste contexto, as manifestações e mobilizações são uma forma de dar visibilidade as inquietações de uma classe excluída e/ou secundarizada, ou melhor, historicamente marginalizada. Se colocar em luta é uma maneira de mostrar para a sociedade, que os direitos humanos não devem ser minimizados, e muito menos resumidos a uma minoria. É nesse sentido, portanto, que se discute o fortalecimento da luta da classe trabalhadora, em que abordamos a importância da juventude nos movimentos de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir dessa concepção, como jovem trabalhador, sindicalizado e estudante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias, vi na escrita desse trabalho de conclusão de curso a possibilidade de aprofundar meus conhecimentos sobre a participação da juventude nos sindicatos rurais, bem como, contribuir com a compreensão, descrição, análise e interpretação da realidade a qual estou vinculado, no contexto do município de Urandi, região sudoeste da Bahia.

Deste modo, ao nos lançarmos neste desafio reflexivo, destacamos como objetivo geral deste trabalho investigar como tem ocorrido a participação dos jovens rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares-STTR de Urandi. Tendo este objetivo geral como orientador, construímos também, os seguintes objetivos específicos: compreender os conceitos de sindicalismo rural no Brasil e de juventude camponesa, sistematizar as lutas sociais e sindicais historicamente vivenciadas pelos agricultores e agricultoras de Urandi e identificar fatores que interferem positivamente e negativamente na participação dos jovens no Sindicato Rural do município de Urandi.

Ao discutir a participação desses sujeitos, buscamos compreender a sua trajetória nas lutas sociais e sindicais, identificando os aspectos que incidem positivamente e negativamente na participação ou não dos jovens. Sendo assim, é importante indicar a relevância sobre a temática deste trabalho, e na necessidade de buscar fontes de estudo para um aprofundamento sobre a construção do sindicalismo como princípio da organização da classe trabalhadora.

Quanto a metodologia utilizada neste trabalho para o levantamento de dados, ocorreu com base na pesquisa bibliográfica através de sites, livros e revistas, e, também, foi feita uma revisão bibliográfica com fichamento de textos. Para a coleta de dados empíricos, utilizou-se de entrevista semiestruturada numa abordagem qualitativa com 5 cinco jovens rurais, com intuito de investigar como tem sido a relação desses jovens como o sindicato e numa visão mais ampla, como eles compreendem a participação da juventude camponesa do município na entidade.

Para melhor compreender sobre o caminho metodológico da pesquisa, de base quantitativa, Lakatos (2003, p.187), menciona:

Consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. Todos eles empregam artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários etc. e empregam procedimentos de amostragem.

Para entender o conceito de entrevista:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (Lakatos, 2003, p.195)

Para dar conta dos objetivos construídos, organizamos o trabalho em três capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. O primeiro capítulo, trará o contexto histórico do início do Sindicalismo, ocorrido na Europa no século XIII com a Revolução Industrial, que conseqüentemente, ocasionou nas primeiras formações sindicais. Buscará compreender também, o Sindicalismo no Brasil e os movimentos de luta da classe operária formada por imigrantes que possuíam a experiência de luta dos países de origem e, também, abordar o Sindicalismo Rural cujo objetivo é defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

No segundo capítulo, o objetivo perseguido foi o de compreender o conceito de Juventude e Juventude Rural e, também, discorreremos sobre a Educação do Campo como uma política pública reivindicada pelos movimentos sindical e social de origem camponesa, que se fundamenta na necessidade de uma educação de qualidade para os povos do campo, historicamente negada. Nesse sentido, entender a importância da juventude no contexto

político-social e educacional, é de suma importância, pois, os movimentos de luta se fortalecem a cada dia com a participação de jovens, que muitas vezes, através de um trabalho de base, tem percebido a importância de ocupar seu espaço na sociedade e defender suas origens.

Por fim, o terceiro capítulo, trata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi-Ba, onde abordamos sua história e também, sobre a Participação da Juventude no Sindicato Rural de Urandi através de um levantamento de dados empíricos que parte de uma entrevista com jovens de comunidades rurais do município. Assim, é necessário compreender a história do município e como tem sido a relação desses jovens oriundos do campo no STTR.

CAPITULO 1- SINDICALISMO: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E ELEMENTOS DO CONTEXTO BRASILEIRO

1.1 As Origens do Sindicalismo

O Sindicalismo teve origem na Inglaterra em meados do século XVIII, (por volta de 1760 até 1860) com a Revolução Industrial que foi o processo pioneiro e crucial que de tal modo, contribuiu para que acontecessem as primeiras manifestações entre os operários que trabalhavam nas fábricas e indústrias, e conseqüentemente, ocasionou no seu surgimento. Foi então, um momento que tornou símbolo importante de organização e luta da classe trabalhadora, e significou de um modo geral, um processo revolucionário de uma categoria extremamente explorada, que se organizou com objetivos comuns perante as situações desumanas e abusivas que essas pessoas viviam nas fabricas. Se fundamentou na manifestação de operários, com viés de defender seus interesses enquanto cidadãos que tinham sua força de trabalho usufruída ao máximo, em prol do lucro que rendia para seus empregadores. Portanto, se tornou um marco histórico da luta da classe operária contra os patrões capitalistas, e as péssimas condições de trabalho em que os operários eram submetidos, com baixos salários chegando a permanecer trabalhando de 16 até 18 horas diárias.

Conforme indica Rossi, (2009, p.15) “antes do aparecimento das primeiras máquinas, a produção de bens de consumo (não agrícolas) se dava de forma artesanal, apenas para atender as demandas domésticas”. Os artesãos eram autônomos e sabiam produzir seus produtos com seus próprios instrumentos de trabalho e suas técnicas. A Máquina de Fiar foi a tecnologia que deu início a manufatura na Primeira Revolução Industrial, depois o Tear Mecânico e em seguida a descoberta do carvão e do ferro, contribuindo então, para o surgimento de uma outra invenção, a Máquina a Vapor que alavancou o momento conhecido como a Segunda Revolução Industrial (por volta de 1860 até 1900) no país principiante deste período de fabricas e indústrias, que foi a Inglaterra e, conseqüentemente, “[...] espalhou-se por algumas regiões da Europa Ocidental e Oriental, atingindo países como Bélgica, França, Alemanha, Itália e Rússia. Alcançou também outros continentes ganhando espaço nos Estados Unidos e no Japão”. (COTRIM, 2005, p.280). Logo, começou a surgir as fábricas e a necessidade de mão-de-obra massiva e barata. Posteriormente o campo passa por um processo de esvaziamento decorrente da migração de muitas famílias para a cidade em busca de oportunidades de trabalho nas fábricas.

Houve um processo de migração em massa do campo devido a ilusão do trabalho remunerado nas fábricas, e também devido a produção em massa que desvaloriza sobremaneira os trabalhos e produtos artesanais. Os trabalhadores abandonaram suas práticas antes independentes para passar a servir e obedecer a comandos. Eram artesãos, marceneiros, ferreiros, além de outros que exerciam funções diversas e, com sabedoria sabiam como produzir e viver no campo. “Nas fábricas, os trabalhadores foram obrigados a seguir o ritmo da máquina a vapor, a qual forneceu um grande impulso ao setor têxtil. (OLIVEIRA, 2004, p.85)

Nessa perspectiva de trabalho assalariado, ou seja, uma remuneração mensal paga aos trabalhadores pelos serviços contratados por determinado período de tempo diário, e a cobiça da classe burguesa pelo lucro, é que nasce o capitalismo, e a partir daí, inicia um processo de exploração intensiva da classe operária.

A Revolução Industrial trouxe a intensidade da exploração da mão-de-obra, o tempo começou a ser controlado por industriais e não mais pelos artesãos. O trabalhador perdeu o saber do produto todo ao ir trabalhar nas indústrias, já que não poderia concorrer com elas, tornaram-se, assim, subordinados às mesmas e expropriados do seu saber. (OLIVEIRA, 2004, p.86)

As condições em que eram submetidos eram extremamente precárias e exaustivas. Nesse sentido, Borges (2006, p.1), afirma que “os latifundiários e industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário indispensável para que estes e suas famílias mal possam sub-existir”.

Até nascerem as primeiras ideias de organização dos operários, com o surgimento das fabricas e industrias, conseqüentemente houve o aceleramento da exploração da força de trabalho dessa classe. “O desenvolvimento do capitalismo deixará evidente a contradição desse sistema. Para extrair a mais-valia, fonte dos lucros, a burguesia inglesa imporá jornada de trabalho que atingiam até 16 horas diárias”. (BORGES, 2006, p.3). Quanto mais se produzia, crescia o interesse pelo lucro e para gerar lucro teria que aumentar a jornada de trabalho e, também, a mão de obra barata. À medida que o capitalismo se expande, entra em cena o trabalho de mulheres e crianças sem distinção alguma, pois o interesse era exclusivamente aumentar a produção e, conseqüentemente, o lucro tão desejado pelos patrões.

A produção em larga escala amplia o campo dos mercados nacionais e internacionais, que aumentam suas demandas. O aumento da demanda leva os donos das fábricas a pensar e a exigir mais produção dos seus trabalhadores. Assim é que as jornadas de trabalho variam entre 14 e até 18 horas diárias. (ROSSI e GERAB, 2009, p.17). Com tantos migrantes e imigrantes, começa a sobrar mão de obra,

provocando uma enorme competição com aqueles que estavam empregados. Os empresários viram a chance de aumentar seus lucros rebaixando os salários, oferecendo em troca emprego para as mulheres e crianças, todos eles submetidos às duras jornadas, em precárias condições de higiene, ventilação e sem proteção contra acidentes. (ROSSI, 2009, p.18)

Conforme citado acima, os artesãos deixam de ter centralidade no processo produtivo não mais exercendo a função de produzir utilizando métodos únicos de seu saber, pois, com as novas invenções e descobertas científicas, o trabalho manufatureiro aos poucos foi se tornando ineficaz, em comparação com a linha de produção capitalista. O desenvolvimento tecnológico do capitalismo possibilitou, o surgimento de máquinas sofisticadas como o tear mecânico, capaz de tecer de forma mais rápida substituindo a especialidade manual dos artesãos e assim, aumentando a produção, Borges (2006, p.3) vai pontuar que:

A introdução das novas máquinas, que representa a consolidação definitiva desse novo modo de produção, também agravará as contradições entre capital e trabalho. Através desses novos instrumentos, a burguesia golpeia os artesãos e suas corporações, que tinham grande poder de barganha. Com as máquinas, ela não necessita mais de mão de obra especializada do artesão, pode introduzir a mulher e o menor no mercado de trabalho, com salários mais aviltados e em piores condições de trabalho.

Concordamos com Borges (2006), na compreensão de que a tecnologia tanto modernizou a forma de produzir favorecendo o aumento do lucro, mas também, contribuiu expressamente para o agravamento da exploração da força de trabalho operária. Sendo assim, “as máquinas, que podiam ter tornado mais leve o trabalho, na realidade o fizeram pior. Eram tão eficientes que tinham de fazer sua mágica durante o maior tempo possível”. (HUBERMAN, 1986, p.161).

Como resultado desse processo tecnológico e mecanizado orientado pelo capital, a mão-de-obra que seria necessária na produção manual é substituída gradativamente passando a existir os operários controladores das máquinas. “Nesse período, são constituídos enormes contingentes de desempregados nos centros urbanos, que Marx chamará de exército industrial de reserva, como forma de baratear o custo do trabalho através da concorrência”. (BORGES, 2006, p.3). Dessa forma, os artesãos passam a existir para servir no controle das máquinas que os substituíram, e na produção em partes do produto muitas vezes desconhecido como um todo, pois, “o trabalho começou a ser dividido cada vez mais entre os operários, de tal forma que o trabalhador, que antes fazia uma peça completa, agora fazia apenas uma parte dessa peça” (BOGO, 2010, p.43) e além do mais, tinham que acompanhar o ritmo acelerado das máquinas que não precisavam de descanso, assim como o mesmo era essencial para o seu

operador, mas essa necessidade não era levada em conta, tanto que o trabalho durava horas e era extremamente exaustivo.

Diante disso, em decorrência da exploração desumana de homens, mulheres e crianças, foi se consolidando o acúmulo ambicioso de capital em proporções satisfatórias para os capitalistas que consideravam tão somente o ritmo incessante das máquinas e tampouco a ocorrência de acidentes e enfermidades, que eram inevitáveis entre os operários uma vez que seus senhores não se importavam de zelar pelo bem-estar de seus trabalhadores. Como salienta Rossi “Tal sistema de exploração da mão de obra revela sua crueldade pelo enorme cansaço, exaustão, que leva ao enfraquecimento, à doença, aos acidentes graves e à morte de crianças, jovens e adultos”. (ROSSI, 2009, p.18).

Por muitas décadas durante as revoluções industriais, a classe operária serviu o patronato com sua força de trabalho barata, precária e subordinada. Mas, em meio a toda essa exploração, surge a resistência, é construído o momento em que esse processo exploratório passou a ser compreendido como fator pelo qual surgiram revoltas entre explorados e exploradores. Então, os operários deram um passo importante na história do sindicalismo, ao perceberem que o processo não cessava e seguia um ritmo tão somente. Foi aí que surgiu já no início do século XIX, o momento conhecido como “[...] Luddismo, também como o movimento dos quebradores de máquinas. Inexperiente, a jovem classe operária viu nas máquinas o seu principal inimigo”. (BORGES, 2006, p.3) Este momento ficou conhecido devido a atitude de revolta do operário então conhecido como “[...] Ned Ludd que, aborrecido com seu patrão, quebrou a marteladas os teares da oficina deste e tornou-se símbolo lendário, além de líder, do movimento”. (COGGIOLA, 2010, p.11).

A existência das máquinas nesse sistema e a sua destruição, foi compreendida pelo operariado, como a principal alternativa para demonstrar a insatisfação pela implementação daquele modelo produtivo que foi criado para maximizar a produção. Então, as máquinas se tornam alvos de quebraadeiras em várias fabricas pelo movimento operário, como se a verdadeira causa de vários problemas como a superlotação de desempregados nos centros industriais, a carga horária exaustiva que chegava até 16 horas sem descanso e uma série de outros problemas, estivesse impregnada somente em seus motores. Porém, quem era o maior favorecido no sistema capitalista e verdadeira causa de todo o processo de exploração impondo situações desumanas de trabalhos para os operários, era o patrão representante da classe dominante e não as máquinas. Além do mais, essa ação fez com que começasse a ganhar força o movimento de resistência dos operários, no entanto, destruir fábricas foi a forma mais ativa de manifestar a insatisfação dos trabalhadores para que pudessem

permanecer trabalhando, mas, em condições adequadas, e para aqueles que estivessem desempregados, a luta era pela garantia de ter um emprego, dada a necessária venda da força de trabalho sob o regime do capital. Além disso, a luta também se fez necessária pela melhoria do salário e pela diminuição da carga horária de trabalho, buscando diminuir o nível de exploração. Claro que essas manifestações geraram também, a revolta dos patrões em contrapartida, puniam os trabalhadores com demissões e os marcando como os revoltosos destruidores de fábricas. Assim, outros empregadores não os contratavam sabendo de seu histórico e então, eram discriminados e não garantia outro emprego. Em resposta as atitudes que lhes davam prejuízos, “[...] o trabalhador demitido era denunciado às empresas da região que passava a negar-lhe trabalho. [...] A forte repressão, que pôs fim a esse movimento, envolvia as penas de deportação e morte (1812)” (ROSSI, 2009, p.19). Mesmo assim, o movimento foi ganhando força apesar da repressão instalada para inibir as manifestações dos operários.

Outro marco importante foi o Cartismo, já no século XIX por volta de 1838 ocorrido em Londres. O momento foi muito importante pelo fato dos operários se organizarem, e com isso, “[...] visavam promover direitos, como jornada de dez horas de trabalho, organização de classe e representação parlamentar para os trabalhadores, sufrágio (voto) universal masculino, igualdade de direitos eleitorais, voto secreto, legislaturas anuais, [...]”. (ROSSI, 2009, p.19). “Depois de numerosas greves, obteve-se em 1847 a redução da jornada de trabalho para dez horas em toda a Inglaterra, que Marx chamou de "primeira vitória da economia política da classe operária”. (COGGIOLA, 2010, p.3).

Tendo visto que a exploração da força de trabalho pelo capitalismo gerou várias impossibilidades a classe operária ao longo de décadas, como o abandono de suas origens no campo (o êxodo rural), o estado de miséria, mortes e desemprego vivido nos centros industriais, diante todos esses fatores, em contrapartida surgiram vários momentos de manifestações seguido de greves que levaram as primeiras organizações sindicais. “É nesse processo da luta que a classe operária sentirá a necessidade de se organizar. É dele que surgirão os sindicatos que na Inglaterra têm o nome de trade-unions - que significa união de ofício, de profissões” (BORGES, 2006, p.5). A classe trabalhadora começa então, a fortalecer os laços de resistência criando uma representatividade que ganha força, e que luta por objetivos comuns. “[...] Ele só surge no modo de produção capitalista. A palavra surge do francês - syndic - que significa “representante de uma determinada comunidade” (BORGES, 2006, p.1).

O sindicalismo surge com uma importante função de defender os interesses dos trabalhadores, na perspectiva de possibilitar que garantam espaço ativo nas questões sociopolíticas, que repercute na sociedade muitas vezes desfavorecendo essa classe. E nesse ponto de vista, Göettert (2001, p.40) pondera que:

Sua primeira finalidade foi impedir que os níveis salariais se colocassem abaixo do nível necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador, da trabalhadora e de sua família. A formação dos sindicatos impedia, ou ao menos diminuía, a relação e o trato isolado do patrão com cada trabalhador [...]. O sindicato representava a formação de uma condição de certa igualdade frente aos patrões.

Contudo, essa condição de igualdade era apenas no sentido de possibilitar que as reivindicações dos operários, fossem ouvidas e atendidas. Portanto, a relação de operário e patrão desde suas origens, não poderia ser igualitária, pois, no capitalismo a condição do trabalhador é de explorado, enquanto o patrão é aquele que desfrutava dos lucros dessa exploração. O sindicato atua como uma organização que se coloca entre o trabalhador e o patrão representando os operários de forma coletiva, e com isso, o objetivo era dar voz a essa categoria frente ao sistema patronal.

Algumas décadas se passaram até surgir a ideia de uma greve geral que repercutiu praticamente, por “todo o mundo, tem sua origem na luta dos operários norte-americanos, no século XIX. É conhecido como o Dia dos Mártires de Chicago pela redução da jornada de trabalho [...]” (GOETTERT, 2001, p.34) para 8 horas, que ocorreu no dia 1º Primeiro de Maio de 1886 nos Estados Unidos e que se tornou data importante simbolizando o dia do Trabalhador, e sendo assim, comemora-se, feriado toda essa data em vários países no mundo.

Colado à ideia de melhoria das condições de trabalho, vai surgindo a consciência de classe, ao se entender como classe trabalhadora, se percebe sua classe antagonica, a classe dominante e passa-se a lutar pela necessária transformação social, única capaz de acabar de vez com a exploração e acumulação, pilares do capitalismo. A consciência de classe aliada a luta pela transformação social se coloca a partir de então como princípio dos sindicatos mais combativos.

Cabe salientar também que os primeiros operários explorados pelo capitalismo eram homens, logo seguidos de mulheres e crianças. Em nossa compreensão, este fato pode estar relacionado com a invisibilidade do trabalho e da exploração das mulheres e também de suas resistências e lutas ao estudarmos a história do sindicalismo a nível mundial ou brasileiro. O capitalismo para explorar, também precisa oprimir por meio do patriarcado, do machismo e da questão racial.

1.1 O Sindicalismo no Brasil

O sindicalismo no Brasil surge por volta das duas últimas décadas do século XIX, no contexto agrícola e, conseqüentemente, se consolidou com a modernização das fábricas que passaram a utilizar novas tecnologias como máquinas apropriadas para suprir a necessidade do sistema capitalista de aumentar a produção e, evidentemente, obter ainda mais lucro. Em comparação com as Revoluções Industriais ocorridas na Europa, compreende-se, que no Brasil esse acontecimento ocorreu algumas décadas depois.

De acordo Rossi (2009, p.22), “até fins do século 19, nossa produção era quase que somente agrícola, voltada para a exportação de açúcar, café, tabaco, ouro etc”. Nesse contexto, a força de trabalho utilizada era escravizada, sem remuneração e além de tudo, baseada em um trabalho extremamente forçado. Em termos legais, o fim da escravidão que se dá em 1888 no Brasil, trouxe a carência de mão-de-obra para a produção e colheita do café, que naquela época, significava uma das principais fontes de lucro dos fazendeiros, donos das terras berço de tal produção em ampla escala que lhes rendiam grande faturamento pela comercialização. No entanto, “no período de 1890 a 1930, estima-se que entraram no Brasil mais de 3,5 milhões de imigrantes”. (COTRIM, 2005, p.464). “Tais imigrantes trazem as suas experiências na arte da produção industrial e também das lutas operárias. São eles que iniciam o processo de enfrentamento contra a exploração patronal, empunhando as bandeiras das 8 horas diárias de trabalho[...]”. (ROSSI, 2009, p.24).

Entretanto, cabe uma ressalva muito importante, que antes mesmo dos imigrantes chegarem ao Brasil e fazerem o enfrentamento ao capitalismo, já tinha existido uma forte resistência escravocrata aos senhores de engenho que tinham o poder de propriedade sobre seus humanos escravizados. Nesse sistema escravocrata, era inaceitável qualquer rebeldia, pois, haviam punições severas e desumanas como por exemplo, as torturas físicas, psicológicas e a morte em contrapartida à resistência dos escravizados que se rebelavam contra o domínio que era exercido sobre eles.

Diferentemente do sistema colonial escravizante, a luta dos operários com o patronato apesar de não ser tão bem aceita pelo sistema capitalista, era livre e admitida, pois, naquele período já não existia a escravidão em termos de lei, todos os homens eram considerados livres, porém, cabe ressaltar que, existiam condições de vida e existência completamente diversas entre os primeiros colonizadores, os escravos recém libertos e os imigrantes. Outro elemento determinante e sem dúvida fundamental para a compreensão deste processo se refere ao fato de que a vinda de imigrantes neste período mencionado, está diretamente ligada

a política de branqueamento populacional, o que influencia sobremaneira na invisibilização das lutas e resistências já construídas pelo povo preto, bem como na construção da branquitude, dentre outros elementos.

Destarte, a desigualdade social entre a burguesia e o proletariado era também imensa, porque de classe, nesse sentido, era necessário pressionar o sistema em prol de melhores condições de trabalho, direitos trabalhistas e, principalmente o direito à vida que muitos corriam o risco de perder, enquanto outros haviam perdido por falta de condições apropriadas no setor de trabalho.

O recurso à violência era um aspecto central das relações de dominação escravistas, já que a sua reprodução dependia da incorporação contínua de novos trabalhadores, o que implicava a repetição do ato cruel de transformar pessoas livres em escravos. Mas o uso da força bruta, ou a sua ameaça, também estavam presentes no cotidiano das relações entre senhores e escravos, como um elemento de subordinação e controle social. (ALADREÁN 2012, p. 27)

Apesar do Brasil ser um país considerado agrário, devido as lavouras serem a principal fonte de lucro naquele período, foram surgindo as primeiras indústrias onde os equipamentos eram importados da Inglaterra, berço da revolução industrial. Deste modo, muitos dos trabalhadores imigrantes e até mesmo partes dos trabalhadores brasileiros, deixaram o trabalho nas lavouras devido as péssimas condições para trabalhar nas fábricas. Mas, o trabalho precário continuou existindo, de tal modo, que a expropriação da força de trabalho assim como na Europa, se estendia até 16 horas diárias, incluindo crianças e mulheres que trabalhavam em condições calamitosas chegando a contrair doenças nos ambientes de trabalho.

Nada obstante, é relevante entender que o sindicalismo brasileiro foi se fundamentando através da bagagem de luta desses imigrantes, que ao chegarem no Brasil “carregando tradições experiências diversas, esse conjunto heterogêneo de trabalhadores construiu formas variadas de associativismo e protagonizou episódios de luta coletiva com graus diferenciados de organização”. (MATTOS, 2003, p.8). A luta pelos direitos reservados aos trabalhadores foi árdua, mas necessária para o fortalecimento dessa classe e para que o patronato atendesse suas demandas.

Esses imigrantes teriam uma importância determinante na introdução das ideias socialistas no Brasil e na criação das primeiras associações de classe, já que muitos deles eram experimentados militantes que tinham participado da agitação social em seus países de origem e aqui chegavam fugindo da perseguição política ou da miséria que na Europa ameaçavam os trabalhadores, principalmente aqueles que tivessem participação ativa nas lutas sociais. (SILVA, 2000.p.2)

Parte desses imigrantes eram conhecidos pela ideologia Anarquista, pois, tinham experiência de como organizar os trabalhadores e realizar as greves. É certo que a literatura sobre a construção sindical no Brasil consultada não aborda as contribuições das experiências de resistência dos escravizados já existentes no Brasil, cabendo este ponto ser ainda aprofundado, pois suas estratégias de resistência e princípios que norteavam os quilombos nos parecem bastante próximos aos princípios do socialismo. Através do conhecimento que possuíam, os imigrantes organizavam mobilizações e greves que marcaram o início do sindicalismo no Brasil, levando ao conhecimento dos trabalhadores a importância da conquista de direitos através das formas mais viáveis que seriam através das manifestações nas ruas, as greves. Entretanto, ao surgirem as primeiras fábricas em São Paulo e Rio de Janeiro, a oferta de emprego logo é suprida por grande parte desses imigrantes e também, brasileiros sendo que esses operários eram compostos por homens, mulheres e crianças, pois, assim como na Europa, o modelo de exploração seguiu num ritmo semelhante que nem mesmo as crianças eram descartadas do trabalho árduo e exploratório.

As indústrias no Brasil vão surgindo cada vez mais, e abrangendo diversos estados e juntamente com esse processo de industrialização, se formam diversos setores trabalhistas como os ferroviários, portuários, pedreiros, etc. Tendo em vista as condições desfavoráveis de trabalho, surge a associação mutualística visando ajudar trabalhadores com dificuldades em casos de morte, doenças e outras situações. Baseado nessa associação, o operariado vai se motivando e construindo sua maior representatividade conhecida como sindicato, e além disso, criam um lado político partidário, o Partido Comunista do Brasil-PCB, inicialmente.

Algumas manifestações foram necessárias para se pensar em criar organizações conjuntas como os sindicatos, que tinha como objetivo a reivindicação por direitos iguais como redução da carga horária de trabalho, aumento salarial, entre várias outras pautas que eram estabelecidas pelo operariado. Um exemplo disso, foi a greve dos ferroviários que ocorreu em 1906, dura 15 dias tornando inspiração para a greve geral no ano seguinte em várias partes do país como na Bahia, Minas Gerais e São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre na região sul.

Com base no que salienta Goettert (2001) ainda nesse mesmo ano, ocorre o 1º Congresso Operário com resoluções importantes como: diminuir a jornada de trabalho para somente 8 horas com direito a descanso, proibição do trabalho infantil, exigência de salário mínimo, eleições diretas e apropriação dos meios de produção pelos operários. Mais adiante, em 1912 no Rio de Janeiro acontece o 2º Congresso Operário marcado pela forte participação dos imigrantes anarquistas que somavam lideranças no movimento. Nesse caso, o

governo condenou as manifestações públicas com os quais os líderes eram formados por estrangeiros e tinham forte influência de mobilização. Em consequência desse fato, o governo determina a expulsão desses estrangeiros e repudia o ato grevista.

Apesar da repressão o movimento operário não cessou, apenas ganhou força como menciona Silva (2000, p.16) “a repressão não enfraqueceu a greve, pelo contrário, generalizou-se e radicalizou-se, desencadeando-se ações de sabotagem nas fábricas e passeatas na cidade” sendo realizado no ano de 1913 o 3º Congresso Operário também ocorrido no Rio de Janeiro reafirmando o que havia sido estabelecido no 1º Congresso sobre as manifestações serem o ato político mais viável para os trabalhadores.

Entre junho e julho do ano de 1917 em São Paulo, ocorre uma greve geral que marca com vitória, a demanda por melhores condições de trabalho e aumento salarial. Foi um momento em que segundo Goettert (2001, p.66) “[...] quatrocentos operários passam a exigir 20% de aumento de salário em troca do aumento das horas de trabalho imposto pela empresa, o que, de pronto, é negado pelo dono da fábrica e leva os trabalhadores e trabalhadoras a cruzar os braços”. Essa greve vai ganhando espaço e outros setores também aderem ao movimento ocupando as ruas das cidades. Em decorrência dessa manifestação, um operário é morto pela repressão militar e “essa morte gerou um vasto movimento da solidariedade em várias cidades do estado e no Rio de Janeiro. Em Santos os trabalhadores realizaram um comício e uma passeata em apoio aos grevistas de São Paulo, reunindo milhares de pessoas”. (SILVA, 2000, p.16). É sabido que 1917 é o ano da Revolução Russa, que sem dúvida teve ressonâncias no mundo todo, inclusive nas lutas brasileiras deste período.

Ao completar um mês de greve, os operários e empresários entram em acordo e põem fim a paralização concordando que haveria aumento de 20% (vinte por cento) dos salários, pagamento quinzenal respeitando o direito de associação dos funcionários e não havendo dispensa daqueles que participaram da greve.

Apesar de ter havido algumas conquistas, o sistema opressor ainda era bastante atuante possibilitando muitos confrontos e mortes de manifestantes, e com isso, muitos operários foram presos e sendo soltos tempos depois. Assim foi se consolidando o sindicalismo brasileiro através de muitos enfrentamentos do operariado contra o capitalismo burguês, que visa o acúmulo de capital enquanto aqueles que vendem sua força de trabalho, apenas procuram tornar mais justa a situação trabalhista em que são submetidos.

Mais adiante, a classe trabalhadora passou a ter “importância” em partes, após a entrada de Getúlio Vargas em 1930 depois de dar um golpe armado no governo de Júlio Prestes que foi “[...] eleito presidente do Brasil em uma disputa eleitoral de resultado duvidoso

[...]” (GOETTER, 2001, p.69) na eleição contra o próprio Getúlio Vargas. Nesse governo segundo Mattos (2009) foi criado o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) e logo vieram as leis trabalhistas que compuseram a Constituição das Leis Trabalhistas-CLT, a criação do Salário Mínimo, e no mais, as categorias sindicais existentes tiveram seu reconhecimento.

Getúlio Vargas cria no seu governo provisório de 1930 a 1934, algumas leis que favorecem a classe trabalhadora, mas tira a autonomia dos sindicatos que até então, passaram a ser controlados pelo seu governo. Também cria o Ministério da Educação e Saúde pública-MESP, possibilitando que existisse o ensino obrigatório no Brasil que antes não havia existido. Além do mais, no fim desta fase provisória especificamente em 1934, período conhecido como Governo Constitucional, Vargas cria uma constituição e nela estabelece o voto secreto universal incluindo as mulheres no eleitorado. Mas a primeira eleição constitucional ocorre somente pelo congresso de forma indireta que elege Getúlio Vargas como presidente mantendo-o no poder. Logo, da mesma forma que Vargas favorece as massas, também oprime com seu autoritarismo incessante.

Percebendo que poderia perder o poder através do voto, em 1937 muda a Constituição põe fim ao congresso, partidos e constitui uma ditadura civil fascista. E, com isso, passa a censurar a imprensa, manifestações comunistas e quaisquer canções musicais compostas com sentido de expressar insatisfação, negatividade de seu governo. No entanto, esse momento ficou conhecido como Estado Novo que vai até 1946, e após sofrer forte pressão pela sociedade pelo seu poder centralizador, Vargas abandona o poder.

Vargas torna ao poder seis anos depois, em janeiro de 1951 pelo voto direto, eleito pelo povo. Nesse sentido, Lepera (2015, p.101) diz que:

Vargas agora tinha um apoio mais efetivo das massas urbanas, os anos de culto à sua personalidade engendrado pela propaganda estado novista tinha surtido efeito e o “pai dos pobres”, na busca do apoio popular para sua eleição, distancia-se de setores da conservadora burguesia brasileira, que já não vê em Vargas todos os seus interesses atendidos.

A personalidade de Vargas muda em relação ao antigo governo onde atendeu os mais pobres lhes dando direitos, e do mesmo modo, se tornou um opressor. “O governo democrático de Vargas foi marcado por tensões e situações de crise iminentes, devido a constantes embates das forças políticas internas e externas ao governo. Foi um período de alianças partidárias insólitas”. (CASTRO, 2013, p.17).

Um dos motivos que começou a desestruturar seu governo foi concordar em aumentar o salário mínimo em cem por cento contrariando as ambições da elite. A partir daí, foram

surgindo as manifestações contrárias as ações tomadas por Vargas. Um fato marcante que desestabilizou seu governo foi quando “o jornalista Carlos Lacerda, político à direita de Getúlio Vargas representando os setores mais reacionários da sociedade brasileira comanda virulenta campanha na imprensa visando a derrubada do mesmo”. (LEPERA, 2015, p.101.).

Segundo Castro (2013, p.43), “a crise política somada a crise de confiança e à crise econômica, embasada pela oposição civil-militar disposta a depor Vargas foi acirrada após o atentado a Carlos Lacerda atribuído a Getúlio, por ser Lacerda seu principal opositor político na imprensa”. Foi, portanto, o fato marcante que levou “o pai dos pobres” Getúlio Vargas, ao suicídio em agosto do ano de 1954.

Conforme Rossi (2009, p.43), “entre 1950 e 1964, o movimento operário se expande, as lutas no campo se desenvolvem com as Ligas Camponesas e com a sindicalização dos trabalhadores rurais”. Tendo visto a relevância da organização dessa classe, é importante ressaltar que a partir desses movimentos de luta, se pode chegar ao objetivo comum.

Outro momento pós Vargas que possibilitou a valorização da classe trabalhadora foi com o governo de João Goulart em 1961 que segundo Lepera (2015, p.112), “[...] vai se aproximando mais dos interesses populares durante o desenrolar de seu governo, prometendo realizar as chamadas reformas de base (agrária, política, econômica, da educação)”. Isso fez com que sua atuação política para os trabalhadores, fosse um forte motivo para a perseguição da elite brasileira ao seu governo.

Como presidente, João Goulart atuou, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Destacaram-se entre eles: o partido da União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, setores da classe média, como mulheres, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu (DELGADO, 2012, p.177-178).

Nesse sentido, é evidente que João Goulart tinha um caráter populista que valorizava a classe trabalhadora, e visava implementar medidas que pudessem minimizar a desigualdade entre essa categoria e os setores conservadores de direita, a elite capitalista. Foi com base nas necessidades de implementar as Reformas de Base idealizadas por ele em seu governo, como por exemplo, a política de reforma agrária, que desencadeou certa inquietação da burguesia que promoveu juntamente com militares e outros setores elitistas, a desestabilização de seu governo. “O Comício das Reformas realizado por Jango em praça pública aos 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro com o apoio do CGT (**Comando Geral dos Trabalhadores**) foi a

gota d'água para as classes dominantes escolherem de que lado ficariam no conflito”. (COSTA, et al 2007, p.3 **grifos nosso**). Como consequência dessa situação, como diz Mendes (2005), ocorre seis dias depois no dia 19 de março em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu milhares de pessoas pelas ruas manifestando contra a fala de Jango em seu comício, que a burguesia acreditava ser ideologias comunistas esquerdistas.

Desse modo, como não era de se esperar muito, ocorre o golpe militar em 1 de abril de 1964 tendo como consequência no país extrema repressão, perseguições às organizações sindicais, confrontos entre militares e trabalhadores e além de tantas situações, a tortura como forma de investigação e castigo. O momento ficou marcado na história do Brasil, a democracia deixaria de existir e a população brasileira passou a ser dominada por um autoritarismo radical e centralizador. E além disso, as principais reformas propostas por Jango não chegaram a se concretizar no seu mandato e o país viveu uma ditadura que durou 21 anos.

Em virtude do golpe, como menciona Matos (2009) sobre os sindicatos naquela época, houve grande desestruturação dos movimentos, cassação aos sindicatos e seus dirigentes, prisões e a proibição de greves. Nesse período são criados os chamados Atos Institucionais do número 1 ao 5 com decretos que tornavam absoluto o poder militar possibilitando tomar medidas radicais perante a sociedade que fosse contrária ao regime. O Ato Institucional de número cinco (AI-5), marcou a fase mais obscura desse período. Com base em Dallari (2013) afirmamos a existência de práticas de torturas, dezenas de prisões, desaparecimento de pessoas que em alguns casos jamais foram encontrados, além de invasões de domicílios e perseguições. Foi o ato que pintou a fase mais desumana da ditadura diante a sociedade brasileira, assim como pontua Rossi (2009, p.52) “[...] todos os direitos dos cidadãos são suspensos, casas são invadidas, prisões e mais prisões são efetuadas, espancamento, torturas, assassinatos se tornam rotina sob o governo Médici, o maior facínora da história política brasileira.

Durante aproximadamente uma década da ditadura, a sociedade brasileira principalmente a classe trabalhadora, não teve liberdade de expressão, “[...] a legislação autoritária criaria diversos mecanismos para diminuir o poder de luta dos trabalhadores, desmobilizando a ação sindical e ampliando a exploração da classe” (MATOS, 2009, p.106) até chegar a um determinado momento em que surgiram as grandes mobilizações pelo fim do autoritarismo e em prol da democracia. Mais uma vez o proletariado procurava reivindicar condições que estabelecessem a dignidade de sua existência, não tão somente contra o modelo de produção para qual vendia sua força de trabalho de forma barata e precária, mas, a luta se fazia necessária para contrapor o modelo autocrata que se estabelecia no país.

No entanto, o fim do regime não foi algo que aconteceu de forma instantânea, segundo Rossi (2009, p.54) somente em 1978 “ganham força as lutas operárias a partir das fábricas, fruto da acumulação de tantos anos de repressão e de resistência dos trabalhadores”. Esse período também é característico do chamado “milagre econômico” resultado do endividamento externo em benefício de alavancar os modos de produção capitalista, do arrocho salarial que atinge trabalhadores elevando o índice de miserabilidade dessa classe, enquanto fortalece a exploração da força de trabalho e como consequência dessa exploração, o acúmulo de capital pela elite burguesa.

Nesse sentido, no início do governo de João Baptista Figueiredo em 1979, ocorreu uma das greves mais importantes do país, Cotrin (2005, p.565), relata que:

“[...] em todo o Brasil, mais de 3 milhões de trabalhadores fizeram greve. Entre as paralizações mais importantes destacaram-se as greves dos operários metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo, sob a liderança de **Luíz Inácio Lula da Silva**, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC- região que inclui os municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano e que concentrava grandes e médias indústrias metalúrgicas.

Entre greves e conflitos, a desigualdade social instalada, vai repercutindo cada vez mais fortalecendo as mobilizações e possibilitando com a anistia, a retomada dos sindicatos e dos líderes exilados na atividade de militância. A anistia também contribui para deixar impune aqueles que cometeram crimes durante o regime. Nesse contexto, muitas greves foram ocorrendo em ritmo constante, e percebendo a necessidade de uma representatividade partidária, cria-se, segundo Matos (2009), o Partido dos Trabalhadores – PT em 1978 e a Central Única dos Trabalhadores-CUT em 1983. Com isso, logo surgiram outras organizações importantes como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST em 1984 que tinha a reforma agrária como principal pauta de reivindicação.

Com a organização de diversos movimentos, sindical, estudantil, e o declínio da ditadura, nessa mesma época ocorre um movimento de massas no Brasil que reúne milhões de pessoas em diversas cidades brasileiras, reivindicando eleições diretas que possibilitassem a população escolher o presidente da república através do voto. Foi o movimento histórico conhecido como “Diretas Já” ocorrido por volta de 1984 ano em que os movimentos sociais pressionam o governo contra as medidas neoliberais que tinham sido criadas e que desfavoreciam a classe operária, e, além do mais, as manifestações foram o ato de massas a favor da retomada da democracia, da liberdade de expressão, e pela garantia da representatividade dos movimentos nos espaços políticos, etc.

As classes dominantes, por meio de suas lideranças, conseguiram canalizar os esforços da campanha Diretas Já para a luta parlamentar, colocando como objetivo principal a aprovação da Emenda Constitucional, proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB, a qual previa eleições diretas para Presidente da República em 1984, o que refletia a proposta mais geral da campanha, representada no Comitê Pró-Diretas: o retorno ao estado democrático de direito no Brasil. (NERY, 2010, p.118)

O congresso contendo a maioria representada pela direita, vota contra a proposta pelas Diretas Já, e dá pleno poder de voto apenas para o parlamento estipulando as eleições indiretas para a surpresa das massas que lutavam pela existência da democracia. “[...] o principal grupo que derrotou essa emenda foi liderado pelo deputado federal paulista Paulo Maluf, que pretendia eleger-se à presidência da república por meio do Colégio Eleitoral”. (COTRIM, 2005, p.570). Porém, o resultado da eleição foi contrário, em decorrência disso, a primeira eleição indireta possibilitou a eleição de Tancredo Neves para presidente numa disputa com Paulo Maluf. Mas, Tancredo adoece e falece sem assumir a presidência e quem toma posse é seu vice José Sarney apoiador do regime militar no período da ditadura.

Sarney adotou várias medidas durante seu governo com intenção de acabar com a inflação. Algumas dessas medidas segundo Cotrin (2005), foi o Plano Cruzado que extinguiu o Cruzeiro e criou-se, o Cruzado, e a convocação de uma Assembleia Constituinte em 1º de fevereiro de 1987 para a criação de uma nova constituição pelo congresso nacional. Em seguida, depois de vários meses de construção, somente em 5 de outubro de 1988 é promulgada a nova Constituição Federativa do Brasil-CF. Em relação aos direitos trabalhistas estabelecidos na Constituição Federal, foram criadas leis que buscavam efetivar direitos ao trabalhador rural e urbano como por exemplo, a redução da jornada de trabalho, décimo terceiro salário, aposentadoria, direito a férias remuneradas e licença maternidade para mulheres em período de gestação.

Diante desse fato, convém a compreensão que a representação atuante dos movimentos sociais, sindicais, de estudantes e outras categorias, sempre foi e ainda é fundamental para a conquista e preservação de direitos, é, portanto, imprescindível a luta em prol da igualdade, pela participação na política do país e em todos os espaços. A conjuntura política de várias décadas se estabeleceu em atender os vieses econômicos capitalistas alimentando a ideia do desenvolvimento do país. Mas, para isso, a burguesia criou-se, um meio de alavancar esse desenvolvimento.

Além do mais, pode-se dizer que é notório a existência de uma classe que sempre obteve domínio econômico sobre a outra. Por vários anos entre ditaduras e governos que não representaram a classe trabalhadora, no Brasil, sequer se tentou de fato erradicar a miséria

consequência da inflação, os baixos salários e acumulação pela burguesia capitalista. Entretanto, essa é a realidade que sempre existiu e explica de forma contundente a desigualdade presente no cotidiano da sociedade. É com base nessa prerrogativa onde uns tem mais possibilidade que outros, que nasce a ação do sindicalismo e de uma sociedade que protesta por direitos iguais, pelo acesso à terra, a soberania alimentar, pela sua independência social.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país se reestrutura pós autoritarismo e estabelece um perfil democrático de cidadania. Como aponta Cotrim (2005, p.572), “após quase 30 anos sem eleições diretas para presidente da república, os eleitores brasileiros puderam exercer esse direito nos dias 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989 (em primeiro turno e segundo turno)” onde foi eleito democraticamente para presidente Fernando Collor de Mello numa disputa eleitoral com o líder da CUT Luiz Inácio Lula da Silva apelidado de Lula, do Partido dos Trabalhadores-PT.

Ainda de acordo Cotrin (2005), Collor assume em 1990 e sofre o impeachment dois anos depois de assumir o governo devido ao cometimento de várias irregularidades que culminaram num protesto de estudantes conhecido como Caras-Pintadas por terem pintado seus rostos de amarelo e verde na manifestação contra Collor. Após a renúncia, o vice Itamar Franco assume e nomeia Fernando Henrique Cardoso-FHC como ministro da fazenda onde cria o Plano Real como método de acabar com a inflação. Com isso, consegue bons resultados contendo a taxa alta de inflação e passa a ser apoiado para se candidatar a presidente da república.

Em 1994 FHC disputa a eleição com Lula e vence em primeiro turno. A partir daí seu plano de governo se baseou em inúmeras privatizações e na aprovação com o congresso da reeleição. Segundo Matos (2009, p.131):

“[...] Fernando Henrique aprovou uma emenda constitucional permitindo a própria reeleição e teve tempo e espaço político para levar adiante o que Collor de Mello apenas ensaiara: privatizações em larga escala; redução drástica dos investimentos do Estado em políticas sociais; reforma administrativa (para reduzir os gastos com funcionários e implantar a lógica do “Estado Mínimo”); reforma previdenciária (reduzindo direitos de seguridade dos trabalhadores); flexibilização da legislação trabalhista.

Mais tarde, no ano de 1998 FHC disputa novamente a eleição com dois fortes concorrentes que foram Lula e Ciro Gomes e mesmo assim consegue se reeleger com o apoio dos setores conservadores da classe política econômica. Mas seu governo apresenta instabilidade e “[...] no último ano de seu mandato, traduziu-se num desejo de mudanças, o que impulsionou a candidatura de Lula à presidência da república”. (COTRIN, 2005, p.576).

As eleições presidenciais de 1989 e 1994 mostraram o poder de fogo da classe dominante, impondo duas derrotas ao projeto político e econômico, conhecido como Projeto Democrático Popular, encabeçado por Lula. As vitórias de Collor e FHC, respectivamente, foram obras do poderio do capital nacional e internacional, do apoio de Washington e da manipulação descarada dos meios de comunicação. (ROSSI, 2009, p.60)

Apesar disso, depois de disputar as eleições presidenciais por três vezes e ter perdido todas, Lula símbolo de luta, resistência e forte liderança da classe operária, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, finalmente consegue se tornar governante de uma nação que se encontrava em plena heterogeneidade. “Em 2002 o povo brasileiro elegeu, pela primeira vez para a presidência da República, um trabalhador oriundo das classes mais humildes da população. Luís Inácio Lula da Silva é eleito no segundo turno das eleições presidenciais com mais de 60% dos votos válidos[...]” (JÚNIOR, 2013, p.14). Assume, portanto, um grande desafio de mudar a direção em que seguia o país, embora controlado durante décadas pelo conservadorismo da classe burguesa, pela fantasia do desenvolvimento que sempre favoreceu uma minoria. Lula como presidente, entra num cenário de miséria devido circunstâncias como a inflação em alta, empresas estatais privatizadas por governos anteriores, baixos salários, etc. O tão sonhado progresso dos anos anteriores jamais incluiu a classe pobre como parte de uma população que representava a maioria da sociedade que sempre rogou por direitos iguais.

Pela primeira vez depois de existir uma constituição de caráter a promover a cidadania na sociedade, os movimentos sociais se veem representados por um líder que tinha como projeto de governo, elevar o país a um patamar que além de possibilitar o desenvolvimento, tinha como propósito acabar com a extrema miséria, criar medidas que pudessem diminuir o alto índice de desigualdade social, como promover a reforma agrária, expandir o acesso à educação pública criando vários centros educacionais de nível médio ao superior, criação de programas no sistema de saúde pública, acesso ao crédito rural e dezenas de políticas públicas como o Bolsa Família que permitiu que a classe pobre pudesse melhorar sua condição de vida.

O governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) pode ser descrito historicamente como um período de grandes avanços na sociedade brasileira, caracterizados por uma melhoria nos indicadores sociais e no crescimento da economia, pois milhões de cidadãos brasileiros se inseriram no mercado de trabalho, com aumento da renda, do emprego e das condições de vida. (JÚNIOR, 2013, p.13.)

Aos poucos o primeiro presidente de esquerda do período democrático no Brasil, líder e fundador do Partido dos Trabalhadores- PT eleito democraticamente pelo voto direto, consegue saldar a dívida externa e obter um superávit significativo na economia do país. Conforme menciona Júnior (2013, p.21), “o aumento do saldo em conta corrente, a retomada

do financiamento externo e o acúmulo de reservas internacionais o país resolve, ao final de 2005, quitar na totalidade sua dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) por meio de um pagamento de US\$ 23,3 bilhões”. Isso significa que o país obteve saldo positivo, recuperou sua credibilidade internacional e alavancou as exportações para outros países.

Apesar das mudanças significativas durante o governo Lula, da melhoria de vida de milhões de pessoas através da política de seu governo, o capitalismo continua a todo vapor nos moldes da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, e acumulação de capital. É importante ratificar, que acabar com o capitalismo e com o capital não é algo que se efetivará por meio de um plano de governo, ou da efetivação de um governo alinhado à esquerda como muitos trabalhadores acreditaram. As mudanças efetivadas no governo Lula ampliaram as condições de vida e retiraram da miséria milhões de brasileiros e brasileiras, mas não poderiam afetar o modelo de produção e, sobretudo, e de forma efetiva, o modelo de distribuição, ou melhor, de concentração de riqueza. Neste sentido, a diminuição da fome, o acesso a programas de educação e saúde, dentre tantos direitos teve um impacto muito significativo, mas andou passo a passo com a continuidade e aprofundamento da política neoliberal alinhada ao capital.

Em conformidade com a democracia e a continuidade do governo de Lula, sua sucessora Dilma Rousseff vence as eleições em 2010 e assume no ano seguinte em 1 de janeiro de 2011. Com a aprovação de sua gestão pela maioria dos brasileiros, disputa e vence novamente as eleições em 2014. Porém, após dois anos no segundo mandato, sofre um golpe de estado consolidando seu impeachment no dia 31 de agosto de 2016.

O Golpe de 2016 se reveste de suposta legalidade institucional por ter seguido o rito constitucional que prevê o impeachment de presidente quando ocorre crime de responsabilidade. Neste caso, embora laudos técnicos atestassem a legalidade das medidas contábeis adotadas durante o Governo Dilma Rousseff, os relatórios parlamentares se pautaram em subterfúgios que permitiram o andamento do processo e seu desfecho final com as votações na Câmara e no Senado que determinaram a suspensão e depois a perda do mandato presidencial. De fato, o golpe na forma de impeachment foi a alternativa da direita frente ao seu descontentamento com as seguidas derrotas eleitorais desde 2002. (SOARES, 2019, p.802)

Contudo, Michel Temer assume a presidência da república e abre caminho para o retrocesso através da aceitação no congresso de propostas de emendas constitucionais que contribuem muito para a retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e ainda para o congelamento de investimentos em vários setores, como a saúde e educação.

O governo Temer, a despeito de seu caráter ilegítimo, tem empreendido medidas políticas e administrativas com impacto nas políticas sociais como a educação

superior, objetivo principal desta análise particular e aproximativa. Ademais, as privatizações empreendidas, em especial de recursos naturais como o petróleo, implicam mudanças significativas na relação do Estado com o mercado. (SOARES, 2019, p.800)

A partir deste momento, várias manifestações sociais ocorreram em crítica ao golpe e ao novo governo antidemocrático. Como presidente, “nos seus primeiros momentos levou para o Congresso pauta sintonizada com demandas do grande capital tanto no sentido da reforma trabalhista já aprovada, que atualiza a flexibilização do mundo do trabalho, como da reforma previdenciária”. (SOARES, 2019, p.802).

Com as eleições de 2018, a estrutura conservadora se consolida com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, um governo extremamente incoerente com as expectativas de desenvolvimento da sociedade, e o que se espera de uma gestão justa e igualitária. Nos parágrafos anteriores antes do golpe de 2016, foi mencionado alguns dos avanços positivos que tiveram no Brasil durante décadas, e claro, muitas dessas conquistas foram concretizadas através das reivindicações das classes populares como os movimentos sociais em geral. Portanto, com essa nova política de governo, esses movimentos a cada dia são banalizados por parte da sociedade conservadora e até mesmo comparados como terrorismo, desconsiderando a importância da organização popular na contribuição da retomada da democracia pós ditadura no Brasil.

Desse modo, é evidente que de maneira despreparada, o país é controlado por um presidente que quebra um direito por dia da classe trabalhadora e cada dia que se passa, fortalece a lógica capitalista de exploração e acumulação. Jair Messias Bolsonaro, no decorrer de seu mandato, tem dado continuidade ao governo anterior instalando uma política governamental neoliberal, com medidas reformistas que contribuem expressivamente para o retrocesso no Brasil.

O êxito eleitoral de Bolsonaro representa a vitória da agenda econômica ultra privatista, com a diminuição (se não destruição total) da capacidade de investimento do Estado na promoção do desenvolvimento. Baseado em um fundamentalismo religioso e conservadorismo sociocultural, representa ainda a criminalização das lutas populares, esvaziamento dos direitos sociais e abominação das forças progressistas, mais especificamente o “combate ao esquerdismo”, que seria representado pelo Partido dos Trabalhadores (definido nos discursos governamentais como o inimigo da nação). (CARDOSO, 2019, p.172)

Não obstante, ainda durante este mandato especificamente no ano de 2020, o mundo é surpreendido e marcado com o surgimento de um vírus na China² conhecido como

² Em dezembro de 2019, a cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei, na China, vivenciou um surto de pneumonia de causa desconhecida. 1-4 Em janeiro de 2020, pesquisadores chineses identificaram um novo

“Coronavírus”, que causa uma doença conhecida como COVID-19 que se alastrou pelo mundo instalando uma forte pandemia tendo como consequência, a morte de milhões de pessoas. O vírus logo foi identificado no Brasil com o primeiro caso no dia 26 de janeiro de 2020, e não tão diferente de muitos outros países, se espalha de forma rápida por todo território brasileiro. Com isso, a saúde pública do país entra em colapso e o número de mortes chega a 401.186³ (até a data de 30 de abril de 2021). Essa política de retrocessos tem tido maior influência e reflete nitidamente no que diz respeito a saúde pública de todo o território nacional. Em meio a segunda onda de uma pandemia viral, e diante à perspectiva da vacina, seu desenvolvimento e a eficácia comprovada cientificamente, o governo desmotiva a sociedade brasileira com suposições duvidosas a ação do imunológico. Mas, já é comprovado cientificamente que “a vacinação é um dos maiores sucessos de Saúde Pública, constituindo uma forma simples, eficaz e segura de nos proteger contra doenças potencialmente graves” (PRADA, 2020. p.132).

Alguns países já desenvolveram a vacina e deram início a imunização da população. Diferentemente desses países, o Brasil não desenvolveu nenhuma vacina, e ainda tem dificuldade de firmar parcerias com os que dispõe da tecnologia imunizante para seu fornecimento. Porém, de forma independente, e tendo visto a falta de comprometimento do governo federal em imunizar os brasileiros, alguns estados como São Paulo e Bahia, além de outros, firmaram acordos com a China para a compra da vacina CoronaVac, e deram início a fase de vacinação com as primeiras doses já adquiridas.

A sociedade brasileira vive a cada dia, com o aumento incessante do número de contaminados e de mortes de vítimas do coronavírus, o sistema de saúde pública e privada com superlotação, leitos de hospitais em alguns estados como a Bahia com a capacidade quase atingida e enquanto isso, a vacinação da população é posta em jogo como um dilema de ter a possibilidade de vacinação em massa da população, mas, depende de um governo radicalista e conservador que prega o desuso de máscara de proteção facial, o isolamento social e, além do mais, incita a dúvida para a sociedade em que a vacina possa ser um risco como futuramente ocasionar em mutações genéticas em quem for vacinado. Além disso, fica evidente a sua omissão perante a situação delicada em que se passa o país, comprovando a cada dia a incompetência do governo de Jair Messias Bolsonaro como presidente da república.

coronavírus (SARS-CoV-2) como agente etiológico de uma síndrome respiratória aguda grave, denominada doença do coronavírus 2019, ou simplesmente COVID-19 (Coronavírus Disease – 2019)

Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v29n4/2237-9622-ess-29-04-e2020376.pdf>

³ Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em 13/03/2021

Contudo, fica claro que um objetivo fundante do atual modelo de governo, é desmontar os projetos de inclusão e possibilidades de progressão da classe pobre desse país, é evidente a negação da existência dessa sociedade, e da valorização dos povos tradicionais, e também dos camponeses e camponesas. No que tange a luta sindical, este momento deveria ser o de maior resistência e luta, mas, a saída às ruas para mobilização é impedida cotidianamente pela falta da vacina aos brasileiros e os altos índices de contágio e mortes, superlotação dos hospitais e falta de insumos.

Tendo este panorama sobre o sindicalismo no Brasil e a necessária continuidade da luta, no próximo item adentramos a discussão que também norteará o próximo capítulo, especificamente sobre o sindicalismo rural no Brasil.

1.2 O Sindicalismo Rural no Brasil

O Sindicalismo Rural começa a se consolidar a partir dos anos 1960, sendo fruto de uma proposta sustentada até os dias de hoje do acesso à terra através da Reforma Agrária. Este é um grande desafio para parte da sociedade, pois, diante da constante desigualdade social, se torna cada vez mais difícil contrapor a lógica do latifúndio que hoje pode ser considerado como uma herança do sistema colonial.

Portanto, pode-se dizer que esse processo está enraizado há muitas décadas, desde o período da colonização até a independência do Brasil, a concentração fundiária foi se expandindo tornando cada vez mais evidente, e, na atualidade percebe-se, que apenas uma minoria da sociedade é quem domina o latifúndio em grande parte do território brasileiro. É notório que “desde os tempos da colonização portuguesa, terra é sinônimo de poder e riqueza no Brasil e de disputas acirradas pelo seu controle. Existem, ainda hoje no Brasil, diversas formas de uso e controle da terra, mas a forma dominante é sem dúvida, a propriedade privada” (CALDART,2012, p.740).

Nesse sentido, cabe a discussão de que o ser humano ao descobrir que a terra não só é capaz de produzir bons frutos, mas também é capaz de gerar riquezas, excedentes, então passam a dominar grandes áreas e explorar economicamente tanto pela monocultura, quanto pela pecuária que foram e ainda são algumas das principais fontes de lucro do país. Deste modo, a concentração de terra se tornou cada vez mais agravante na sociedade, pois, a terra em si, deixou de ser vista como uma fonte de produção de alimentos, para ser um meio lucrativo, capaz de produzir além do necessário com a finalidade de se obter capital.

O avanço do capitalismo junto ao campo brasileiro, processo que se acelerou a partir do golpe de 1964, fez aumentar a acumulação e a concentração da riqueza, transformando radicalmente o meio rural via mecanização e industrialização, simultaneamente à tecnologicização de alguns setores da agricultura. Seu reverso foi a expropriação e expulsão da terra dos mais variados tipos de trabalhadores rurais, gerando tanto o crescimento de trabalhadores aptos ao capital, quanto novos personagens na luta pela terra e reforma agrária. (NATIVIDADE, 2013, p.16)

Com o avanço do agronegócio e a falta de incentivo governamental, para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, nota-se, que esses foram alguns dos principais motivos pelo qual o campo sofreu um esvaziamento expressivo e se tornou palco de confrontos em defesa da terra e da soberania dos povos tradicionais que vivem e resistem naquele espaço a muito tempo.

Através do fortalecimento das lutas de classes que foi ganhando espaço durante décadas no processo contra a exploração da força de trabalho humana, além de toda e qualquer desigualdade que se fundamenta por meio do capitalismo, surgiram várias categorias sindicais com o principal objetivo de representar, e defender os interesses de determinado grupo trabalhista. Como exemplo disso, os sindicatos rurais atuantes, que, são aqueles que fazem esse papel com e para os trabalhadores rurais familiares. Porém, não pode ser descartado o fato de que existem sindicatos que exercem função mínima enquanto representação de uma categoria.

No entanto, pode-se dizer, consideravelmente, que o trabalhador e a trabalhadora rural sempre foram uma carta fora do baralho desconsiderando o contexto histórico, político e econômico do país. Quando se pensava em desenvolvimento econômico, os trabalhadores e trabalhadoras rurais se encaixavam em um perfil na sociedade apenas de detentores da mão de obra desvalorizada, barata para a produção industrial, nada além de meras mercadorias, enquanto detentores de força de trabalho.

Portanto, o Sindicalismo Rural no Brasil, tem como base a reivindicação da classe majoritariamente pobre pelo acesso à terra, por políticas de incentivo e apoio aos trabalhadores rurais na agricultura familiar, por alternativas que contribuam com a permanência de pessoas no campo, etc. Mas, para que isso aconteça, é necessário que se faça a reforma agrária, e essa questão impulsionou o surgimento de vários movimentos sociais em busca de que essa pauta fosse atendida. Um dos primeiros movimentos sociais rurais foram As Ligas Camponesas, vinculadas ao Partido Comunista do Brasil-PCB organizado por agricultores rurais que tinham como propósito, lutar pelo direito à terra para que pudessem desenvolver suas atividades agrícolas e assim, sobreviver naquele espaço. “Neste sentido, as

Ligas Camponesas ganharam destaque uma vez que sua proposta sobre a reestruturação fundiária foi mais amplamente contemplada”. (RAMOS, 2011, p.49).

Também é importante destacar o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST que se tornou um movimento protagonista na luta pela reforma agrária. “O MST, ao empunhar a bandeira da reforma agrária, reivindica distribuição de terra sob o controle dos trabalhadores sem-terra. Ou seja, reivindica meios de produção, pois, afinal, sua base social ‘necessita’ deles para sobreviver”. (MACHADO, 2007, p.177).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. (CALDAR, 2001, p.207)

O MST fez história pela conquista da terra através dos fortes confrontos entre fazendeiros latifundiários. De acordo com o João Pedro Stédile, o MST como movimento de massa, possui três características fundamentais, de ser um movimento popular, sindical e político (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 32). Destacado seu caráter também sindical, salientamos que a disputa pela terra causou a morte de muita gente no processo de ocupação e resistência, marginalizou o movimento na compreensão da sociedade conservadora, mas também, possibilitou que milhares de famílias fossem atendidas e finalmente, serem assentadas e ter a posse da terra. Assim, “vai progressivamente estabelecendo-se como portavoz da reivindicação por Reforma Agrária, ao tempo que o seu modo de ação o habilita à representação dos trabalhadores rurais de forma legítima” (CARVALHO, 2013, p.55).

É nesse contexto em que vários movimentos se constroem, que o Sindicato Rural se consolida como representação dos agricultores rurais, e a nível estadual representando os sindicatos rurais cria-se, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura-FETAG e a nível nacional é criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG. “A CONTAG foi fundada em janeiro de 1964 e seguia as diretrizes do Estatuto do Trabalhador Rural, que estabelecia, para o campo, normas similares às conferidas para os sindicatos corporativistas urbanos, criados durante o governo Vargas”. (RAMOS, 2011, p.1).

O sindicalismo dos trabalhadores organizou-se na forma de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) nos municípios, de Federações de Trabalhadores na

Agricultura (Fetag) nos estados e da Contag, órgão sindical superior de âmbito nacional. Nessa estrutura, toda a diversidade de grupos sociais e de situações de trabalho rural foi enquadrada na categoria trabalhador rural, sejam eles assalariados, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, entre outros. (Medeiros, 1989; 2001; Novaes, 1997; Palmeira, 1985; apud PICOLOTTO, 2018, p.205)

Os sindicatos rurais, não na sua totalidade, mas em grande parte, são os responsáveis juntamente com as federações e confederações em que são filiados, e, também, os movimentos sociais, por inúmeras conquistas alcançadas para classe trabalhadora rural. Sabe-se, que essas representações passaram a existir em resposta ao modelo de exploração que vigora a cada dia. “Todos os avanços sociais, mesmo que pequenos ou parciais, serão fruto dessa luta e da formação dos sindicatos. Nada será dado de mão-beijada pelo capital; nada cairá do céu. [...] Por isso, depende de luta, de pressão organizada”. (BORGES, 2006, p.9).

Neste sentido, o sindicalismo rural é o termo usado para classificar a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo, que utilizam sua força de trabalho para produzir alternativas que asseguram sua existência no espaço em que vivem. São representados pelo sindicato rural que tem por finalidade, defender os direitos constitucionais dessa categoria, embora, conquistados ou não, e colocar em discussão as demandas que se faz necessárias e são fundamentais para o desenvolvimento e qualidade de vida desses sujeitos. Além disso, defender a cultura e a diversidade desses povos, o direito a igualdade de gênero, a permanência da juventude no seu espaço com condições viáveis de produzir e gerar renda e, também, ter acesso à educação de qualidade que propõe discutir a realidade no contexto em que se encontram. É, portanto, a forma de somar os ideais de um coletivo em razão de um bem comum, e isso se faz necessário que a classe trabalhadora rural, tenha uma entidade porta voz de suas necessidades enquanto cidadãos e cidadãs merecedores de igualdade de direitos na sociedade.

CAPÍTULO 2 – JUVENTUDE NO CAMPO: ENTRE DESAFIOS E PROTAGONISMOS

2.1 Aproximação com as Discussões sobre a Juventude

A discussão sobre Juventude é bastante ampla, pois, perpassa alguns aspectos que se associam a essa categoria. Portanto, a juventude não se limita tão somente em uma categoria específica, e sim, em um conjunto de juventudes, seja ela juventude rural, da cidade, dos mais ricos centros urbanos à periferia. Nesse contexto, inicialmente, a juventude pode ser entendida em um primeiro argumento com base na diferenciação da faixa etária de pessoas, onde se estabelece uma idade mínima inicial e uma máxima final que se enquadra essa categoria, assim como cita Castro (2009, p.41),

O corte etário de 15-24 anos, adotado por organismos internacionais, como OMS e UNESCO, procura homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites previstos de término da escolarização formal (básico, médio e superior).

Entretanto, essa faixa etária no Brasil tem sido discutida numa outra perspectiva, destacando que “no caso da juventude trabalhadora sindicalizada rural ou urbana, a idade máxima considerada se estende aos 32 anos”. CASTRO, 2009, p.70).

Portanto, “jovem é um termo usado pelo senso comum, pelo campo acadêmico e mesmo em espaços políticos desde o século XIX, inicialmente em uma concepção geracional que opunha jovens e velhos, ou jovens e adultos”. (CALDART, 2012, p.437). Ou seja, é um processo de transição, de amadurecimento de uma pessoa no decorrer da vida, podendo também ser compreendido como o momento em que uma pessoa passa da fase criança para a fase adolescente e adulta no que diz respeito a discussão do ser jovem.

Em consonância com Castro (2009, p.43) em relação a interpretação de juventude de um modo parcial, o autor menciona que:

Privilegiar a característica de transitoriedade nas percepções sobre juventude transfere, para aqueles assim identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados.”

A sociedade a cada dia vai passando por diversas mudanças, sejam tecnológicas, políticas, econômicas e principalmente transformações humanas. Por isso, ser jovem no mundo do século XXI é muito desafiador, até porque, na medida em que as oportunidades são possíveis, também há a falta de perspectivas, possibilidades que atendam às necessidades da

juventude atual. Quando se refere as possibilidades, está se tratando da ampla oferta de tecnologias, daquilo que não existia no passado e que agora existe no presente em consequência da modernidade global como as novas tecnologias, as sofisticações que atraem e prendem as pessoas ao consumo e a utilização desses meios.

Habitantes de um mundo em constante transformação, os jovens de hoje vivenciam problemas e incertezas de seu tempo. Na juventude evidenciam-se as desigualdades econômicas, disparidades regionais, dicotomias entre campo e cidade, assim como preconceitos e discriminações (de gênero, raça-etnia, orientação sexual, religião, etc.), que distanciam os jovens de classes e grupos sociais distintos. (ABRAMO, 2014, p.19)

As juventudes da atualidade, principalmente a urbana, tendem a seguir o ritmo da modernização. E nessa perspectiva, pode-se dizer, que um grande desafio é conviver em uma sociedade que demanda condições lucrativas, e que fortalece a cada dia a lógica da riqueza, e não apenas a melhoria da situação econômica de um sujeito para que se possa ter uma vivência mais confortável e adequada. Isso é fato, e está impregnado na sociedade tanto a lógica do consumo, quanto que se tem que produzir muito mais além do necessário de forma que garanta a ascensão financeira de um determinado sujeito. No entanto, essa categoria social nos dias de hoje, está sujeita a acostumar-se, com essa realidade, além do fato de que é impulsionada a habituar-se, num mundo onde a disputa pelo espaço em que se encontra o ser humano e sua reprodução enquanto sujeito, é cada vez mais evidente.

Infelizmente, na sociedade os jovens são compreendidos e classificados de acordo com o seu modo de ser, assim como todo ser humano, mas especificamente quando se trata da juventude. Até nas suas vestes carrega uma identidade que o caracteriza como um sujeito diferente de outro, que na sociedade, a forma de ser gente, acaba associando a capacidade de levá-los a prática de algo ruim na maioria das vezes. Nesse sentido, há vários fatores que muitas vezes contribuem para que sua imagem seja associada a uma determinada circunstância, assim, a juventude também pode ser compreendida em um segundo aspecto que é sobre o comportamento que também é motivo essencial para distinguir o que aquela pessoa representa. O modo em que os jovens se comportam na sociedade, é uma identidade da categoria.

Todavia, acredita-se, que a juventude é a fase da vida em que muitos dos jovens não detêm o controle de suas vontades, querem desfrutar dos obstáculos que encontram no dia-a-dia, a existência de barreiras não condiz com sua realidade, tudo é desfrutado e testado. A curiosidade domina os pensamentos e a impulsividade determina as atitudes, que muitas vezes levam os jovens a praticarem atos impulsivos, imaturos.

Entretanto, algo também significativo e um terceiro aspecto para se discutir nesse contexto, é a relação do jovem com o mercado de trabalho que faz com que boa parte dos jovens se tornem independentes financeiramente pelo menos nas condições em que o trabalho representa para muitos desses sujeitos em discussão, como a possibilidade de realizar seus desejos aquisitivos na sociedade. Assim, aos poucos vão se desgarrando da tutela dos pais para viverem com seus próprios conceitos, suas próprias escolhas. Está cada vez mais perceptível, que a oferta de emprego se encontra justificada pela qualificação do sujeito, ou seja, a formação adquirida na maioria dos casos é indicada para o recrutamento do indivíduo. Além disso, é evidente que “no processo de industrialização brasileira, a preocupação com os jovens se circunscrevia à educação: tratava-se de desenvolver as aptidões exigidas pelo processo de qualificação da força de trabalho” (ABRAMO, 2014, p.40).

Em muitos casos em se tratando de uma formação superior, é através do trabalho que muitos passam a ter condições e oportunidade de estudar, pois, sem outra alternativa para manter os custos com uma formação superior, veem no emprego a solução para realização de um sonho. Seguindo essa compreensão, Andrade (2008, p.28) menciona que:

Para muitos jovens, é seu próprio trabalho que lhes possibilita arcar com os custos vinculados à educação. Para muitos também, especialmente os integrantes das camadas populares, os baixos níveis de renda e capacidade de consumo da família redundam na necessidade do seu trabalho como condição de sobrevivência familiar.

Uma boa formação no ponto de vista social e econômico, significa para muitos uma melhor oportunidade de se obter um bom emprego com remuneração satisfatória. Mas, o maior desafio é a boa qualificação e isso muitos jovens não detém, pois, em um determinado momento da vida a necessidade de consumo é cada vez maior fazendo com que o emprego seja a melhor forma de proporcionar a realização de seus desejos, nesse mundo capitalista que cria necessidades o tempo todo.

No atual contexto socioeconômico, no qual o mundo do trabalho vem sendo palco de grandes transformações, considera-se que os jovens são afetados de forma profunda, tanto na sua inserção no mercado de trabalho quanto na maneira de elaborar suas expectativas em relação a ele, principalmente porque é através do trabalho que os jovens pertencentes à classe trabalhadora se inserem na sociedade e adquirem, portanto, condições de construir sua identidade social. (JEOLÁS, 2002, p.36)

Evidentemente, existem jovens que deixaram de estudar para trabalhar, mas, também existem aqueles que podem se dedicar aos estudos mesmo trabalhando, visando um futuro no mercado de trabalho que possa render mais recursos. Também não pode ser rejeitado o fato de que essa condição de trabalho e educação, não abrange como um todo na sociedade, pois, é

notório que o acesso a educação não contempla toda uma categoria. Em certos casos, quem trabalha pode ter deixado de estudar para se manter empregado, e outros, apenas exercem a função de estudante desempregado.

Nesse sentido, em relação ao jovem, entende-se, que estar empregado é como se significasse uma transição do estado de dependência para a fase que indica autonomia e possibilita que o sujeito possa cuidar de sua própria vida, almejar e até mesmo alcançar seus objetivos e se sentir capaz de realizar seus desejos.

Por fim, essas discussões acerca do contexto em que os jovens se constituem como juventude são importantes para a compreensão dessa categoria social, mas, ainda é necessário que se tenha um aprofundamento de forma mais abrangente, no quesito que se refere a juventude rural no Brasil, e que será abordado posteriormente.

2.2 Juventude Rural no Brasil

Ser jovem rural nos dias de hoje, é ser resistência, é viver com constantes desafios e limitações que surgem como barreiras no processo de integralização na sociedade. Talvez não se possa comparar ou até pode fazer uma comparação, com uma grande diferença do ser jovem rural com outras categorias de jovens, pois, a juventude rural sempre vivenciou o preconceito por ser da roça, do chão de variadas cores, de um lugar que só quem ali vive, compreende o verdadeiro significado do trabalho e das diversas atividades que fazem parte do dia a dia do campesino.

É importante que se possa discutir e entender, como se configura o “ser” jovem do campo, numa concepção geralmente padronizada de parte da sociedade, onde a zona rural e os sujeitos oriundos desse espaço, geralmente são baseados em um estereótipo preconceituoso como aqueles sujeitos que não tem condições de viver dignamente com qualidade de vida e soberania, pois, do ponto de vista de muitas pessoas e também daquelas que nasceram, cresceram e vivem na cidade, o campo é visto como símbolo de atraso e pobreza.

Acompanhando o pensamento de muitas pessoas que tem uma visão negativa do espaço rural, Rabello (2014, p.141), indaga segundo o que parte da sociedade pensa, que “a vida na cidade é sempre apresentada com a melhor opção. Isso está atrelado com a premissa de que o campo é arcaico ou atrasado, e que na cidade encontramos muitas oportunidades e facilidades”. Portanto, não se pode descartar que essa concepção também é usada por jovens oriundos do campo, não sendo atoa que muitos acabam aspirando a melhoria de sua condição de vida nos centros urbanos. Diante disso, é fato que a migração de jovens do campo para a

cidade é perceptível na medida em que acreditam que nesse espaço é oferecido um leque de oportunidades que são inexistentes no espaço em que vivem.

Em contraponto a essa contextualização a despeito dos jovens rurais que não encontram oportunidade de viver dignamente em seu espaço, dessa visão social de atraso que acaba por muitos sendo preconceituosa com forte carga negativa, conclui-se, que por trás dessa concepção deve se entender o porquê os jovens do campo e o próprio campo é visto como atrasado, sem possibilidades que façam com que esses sujeitos permaneçam no seu lugar de origem.

Como afirma Rabello (2014, p.137):

Os motivos do passado se misturam com os atuais, onde o êxodo rural neste caso, não é fruto apenas de uma lógica que dita que a urbanização é o mundo das possibilidades, enquanto o campo é uma área atrasada, colocasse na inviabilidade de questões materiais e estruturais predominantes no modelo produtivo agrícola do campo brasileiro, produzindo invisibilidade social para os jovens, pois a falta de políticas públicas exclui estes indivíduos da produção rural e minam suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural.

Logo, cabe entender que de fato não resta para muitos a escolha de permanecerem no campo, e o resultado disso é a saída para outros centros mais desenvolvidos economicamente, e que muitas vezes necessitam de mão-de-obra que são atendidas por esses sujeitos.

Uma outra questão preponderante que contribui para pensar sobre o êxodo rural, e não menos propulsor do esvaziamento do campo, é o agronegócio, materialidade do capital no campo brasileiro. A perspectiva do agronegócio evidencia a concentração de terra sob o domínio de uma minoria que tem o lucro como principal objetivo. Nesse modelo de produção o capitalismo vigora com a exploração da terra e perpassa pelos preceitos da conservação e preservação do meio ambiente. Nesse contexto, a terra é vista como uma mercadoria geradora de riqueza, como salienta Caldart “o mesmo movimento de acumulação de capital que ocorre na indústria e no comércio passa a ocorrer também na propriedade da terra, pela tendência lógica do capitalismo a ir produzindo concentração da propriedade da terra”. (CALDART, 2012, p.639).

Sem uma política de acesso à terra como a reforma agrária, o jovem se vê sem alternativa para permanecer no campo. Suas perspectivas de vida e existência no campo são resumidas deixando evidente que o problema já não está somente nos centros urbanos, nas fábricas e indústrias, mas, também se expandiu para o campo com o agronegócio. Um campo voltado somente a produção de mercadorias e ao mundo dos negócios, um campo sem gente, sem vida, sem diversidade de cultivos, sem acesso a políticas públicas. Ao falar da relação entre agronegócio e campesinato, Caldart salienta que:

A tecnologia utilizada pelo modo capitalista de produzir na agricultura brasileira está baseada no uso intensivo de mecanização e dos venenos agrícolas. E essas duas formas, além de expulsarem a mão de obra e a população do campo, representam uma agressão permanente ao meio ambiente, trazendo como consequência desequilíbrios ambientais que afetam toda a população, mesmo a que mora na cidade. (CALDART, 2012, p.643)

Consequentemente, a juventude rural muitas vezes se resume sem perspectivas que permitem trabalhar sua existência e condições de viver em seu espaço com os recursos que ali existem e podem ser utilizados para não somente garantir sua sobrevivência, como o conforto sem ter que precisar sair para outro lugar.

Além disso, esse questionamento reforça a justificativa do êxodo rural pela ideia de que através da procura de trabalho remunerado em estados mais desenvolvidos como em São Paulo, é que irá possibilitar a ascensão financeira e, com isso, permitir acreditar que somente nesses lugares terá o retorno satisfatório que muitos jovens creem não encontrar no seu espaço de convívio.

Os discursos gerais mostram que os motivos pelos quais os jovens anseiam por sair do campo se voltam para melhoria nas condições de vida. Porém, nos questionamos se existe mesmo melhoria nas condições de vida destes jovens quando saem do lote. O que notamos, na verdade, é uma ilusão. A vida na cidade é sempre apresentada com a melhor opção. Isso está atrelado com a premissa de que o campo é arcaico ou atrasado, e que na cidade encontramos muitas oportunidades e facilidades. (RABELLO, 2014, p.141)

Diante disso, é oportuno concordar que os jovens muitas vezes não veem outra saída, a não ser ir em busca da remuneração que acreditam ser o caminho que os farão independentes. Mas, pode se dizer, que as principais funções trabalhistas que são oferecidas a esses sujeitos, geralmente são aquelas que não exigem necessariamente, uma boa formação escolar tendo visto que a percepção que se tem desses sujeitos é que o conceito de atraso serve tanto para o lugar de onde vem, quanto para os próprios citados.

Além do mais, o emprego nem sempre é garantido por um longo período e quando desempregado sem condições de controlar o custo de vida que em muitos lugares chega a ser bem elevado, faz com essa situação em casos específicos, possa ser ainda pior que no seu lugar de origem. Portanto, quem almeja melhorar de vida com essa percepção de positividade dos grandes centros para onde vão à procura de trabalho, também pode ter suas perspectivas frustradas saindo de uma condição que julgam ser ruim, para uma condição ainda pior.

No entanto, para melhor compreender essa lógica que aponta o campo como atrasado, nesse mesmo contexto, é importante discutir como se configura a educação desses sujeitos. Sabe se, que a desconstrução social criada desse espaço, consequentemente leva a desvalorização dos saberes, das técnicas, dos métodos utilizados pelos camponeses em sua

vivência, e de sua cultura. Neste sentido, a Educação Rural unificada com a educação urbanizada, tem contribuído para justificar a lógica do trabalho baseada nos moldes do capitalismo.

Compreendida no interior das relações sociais de produção capitalista, a escola, tanto urbana quanto rural, tem suas finalidades, programas, conteúdos e métodos definidos pelo setor industrial, pelas demandas de formação para o trabalho neste setor, bem como pelas linguagens e costumes a ele ligados. Sendo assim, a escola não incorpora questões relacionadas ao trabalho produtivo, seja porque, no caso, o trabalho agrícola é excluído de suas preocupações, seja porque sua natureza não é de formar para um trabalho concreto, uma vez que a existência do desemprego não garante este ou aquele trabalho para quem estuda. (CALDART, 2012, p.294)

Nesse sentido, a Educação Rural não atribui o campo como um lugar de possibilidades para esses sujeitos, e nem aborda o potencial desses jovens de poderem construir alternativas que os promovam como independentes e donos de sua própria produção voltada ao campo como lugar de vida. Essa também é uma questão, talvez a principal, que justifica toda essa exclusão, preconceito e todo julgamento do meio rural e de seus sujeitos. E, também, pode se pensar que em decorrência da falta de uma educação que seja propriamente direcionada a esses povos e sua realidade local, e que retrate a sua vivência, colabora para a migração da juventude rural para os centros urbanos.

Também é evidente, que existem aqueles que continuam a viver na zona rural com sua família tendo como base econômica a exemplo da produção agrícola familiar e a pecuária leiteira. Atividades como as citadas anteriormente, geralmente são exercidas em família com a participação dos filhos que tiveram como escolha, permanecerem no campo e contribuir com os trabalhos desenvolvidos pelos pais.

No entanto, da mesma forma em que muitas vezes são inexistentes programas de governos para que façam com que os jovens possam desenvolver alternativas que os proporcionem permanecerem no campo, também é negada a escolarização de qualidade que valorize suas origens, seus saberes e o modo de convívio com as pessoas e com a produção agrícola. A educação de qualidade que trate da realidade, das atividades que são desenvolvidas no campo no dia-a-dia, é um fator importante. Além do mais, essa concepção é contrária a perspectiva de educação para os sujeitos do campo, tendo visto que na atualidade o que se leciona na maioria das escolas do país, ainda se resume na padronização do ensino para formar com uma intencionalidade que visa o mercado de trabalho sem valorizar os diferentes aspectos culturais, sociais e os cenários em que os sujeitos vivem e fazem sua história.

Devem haver iniciativas que valorizem as realidades vividas nas comunidades com enfoque para resolver a problemática que estão inseridos estes atores que são herdeiros de lutas e resistências presentes na classe social dos trabalhadores do

campo. Nesta perspectiva temos entendido que o MST cumpre um papel fundamental na formação política e social para os jovens dentro dos Assentamentos, atuando na tentativa de criar condições para que eles repensem a sua função dentro da comunidade, e a função da sua comunidade dentro da sociedade. (RABELLO, 2014, p.148)

A esse entendimento, considera-se interessante, destacar como exemplo, o ensino das Escolas Famílias Agrícolas-EFAs cuja formação é exclusiva para os sujeitos provenientes de famílias que residem e desempenham a função de lavradores, que utilizam a terra para produzir alimentos e criar animais na perspectiva de garantir sua autonomia produtiva enquanto camponeses. No entanto, esses jovens passam por uma formação específica e técnica baseada na Pedagogia da Alternância e num modelo de sustentabilidade ecológica nos preceitos da agricultura alternativa. “A Pedagogia da Alternância permite que o camponês tenha uma formação profissional voltada para o campo, pensada para possibilitar que o camponês possa estudar e trabalhar sem prejuízos para a dinâmica de trabalho no lote”. (RABELLO, 2014, p.147). Entende-se, que são minoria as instituições de ensino no país destinadas aos jovens do campo, com um Projeto Pedagógico que tende a valorizar os saberes populares, e que seguem essa linha metodológica de aprendizagem propriamente para esses jovens. Mesmo assim, é considerável que o trabalho desenvolvido em partes nessas escolas como no que se refere a questão agrária e as relações sociais entre campo e cidade é essencial para a formação desses sujeitos.

É preciso que se adéqua a Educação do Campo como requisito curricular nas escolas do campo, e que o propósito de uma educação inclusiva e contextualizada de acordo a realidade dos sujeitos seja atendido. A juventude rural não se resume apenas com o trabalho no campo, portanto, uma educação de qualidade também é primordial para sua formação.

Entretanto, a falta de incentivo governamental e políticas públicas para essa categoria social, são fatores que também justificam a impossibilidade de se promover o desenvolvimento e a sustentabilidade no campo por esses sujeitos. Porém, alguns anos atrás, a partir do ano de 2003, com a nova política de governo isso começou a mudar. Claro que ainda há muito a ser pensado para a juventude do campo, mas não pode desconsiderar que algumas políticas foram obtidas como o acesso ao crédito através do “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Alimentação Escolar (Pnae), Seguro Safra, para citar alguns”. (CONTAG, 2016, p.91). E, também a política de Educação com a “interiorização do ensino técnico e superior, a partir da construção de Institutos Federais de Educação e de novos Campus Universitários que

ampliam as oportunidades de formação educacional, sobretudo da juventude do campo” (CONTAG, 2016, p.91).

Deste modo, acreditando que há uma necessidade de se construir uma compreensão positiva de um campo em que possa existir o desenvolvimento, e até mesmo, quebrar os paradigmas que na maioria das vezes foram criados por uma sociedade urbana sobre esse espaço como lugar ruim e pobre, além de outros conceitos a mais que se possa dizer, a partir desse entendimento de campo sem assistencialismo e com políticas públicas que sejam essenciais para contribuir com a permanência de pessoas que ali construíram vínculo e sua história, se tornou motivos que possibilitaram a participação da juventude rural nos movimentos reivindicatórios de luta em prol de suas necessidades como sobretudo, a defesa do acesso à terra.

Portanto, pode até se pensar que é comum as pessoas saírem de suas localidades no campo, pela necessidade financeira que seu lugar de origem não lhes dá essa condição, e que essa situação que evidencia o êxodo rural acaba se naturalizando. Porém, essa compreensão não deve ser generalizada, ou seja, considerada completamente como fundamento único, pois, essa situação na maior parte se explica pela ausência de ações que possam contribuir com o desenvolvimento local e a construção de uma realidade diferente para estes sujeitos supracitados. Esse projeto do capital no campo que tem como princípio a expulsão do camponês do campo, muitas vezes faz com que alguns jovens veem o campo onde vivem, como um espaço sem perspectiva de desenvolvimento que lhe proporcione o conforto e o desejo de permanecer, e acaba reforçando o pensamento de saírem daquele lugar.

Ainda seguindo esse ponto de vista, é conveniente concordar com Rabello (2014, p.147), quando menciona:

A questão não está no fato de sair ou ficar, mas os motivos que os levam sair ou ficar, pois, a luta pela terra é uma das bandeiras, estes jovens são sujeitos que podem lutar pela transformação social, desde que a comunidade onde se inserem ofereça base e formação social e política.

Diante de tantas circunstâncias que tem desfavorecido os jovens rurais com a situação de desigualdade existente para com essa categoria, e que é fato notável de uma sociedade oprimida pelas suas origens campesinas, essas e outras situações tornaram propulsoras para o fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais com a participação da juventude rural. Essa opressão histórica, instiga a resistência e o desejo de lutarem por ideais comuns, e de se apropriarem de seus direitos. O jovem rural e a jovem rural busca nos movimentos, nas categorias que os representam como os Sindicatos Rurais, as Associações Comunitárias e o

MST, a visibilidade e o reconhecimento que historicamente não tiveram. Procuram, portanto, serem atendidos não como uma classe pobre, sem perspectivas, e sim, como jovens capazes de transformar a sua própria realidade.

Os movimentos sociais, além de serem considerados como atores políticos das massas pelos interesses da classe trabalhadora, também são organizações populares dos menos favorecidos com o objetivo de chamar a atenção dos governos em favor de suas especificidades como o direito a reforma agrária, melhor qualidade de vida com investimentos no setor da saúde, educação, investimentos na agricultura familiar, etc. “O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988⁴” (GOHN, 2011, p.342). E, atualmente, se faz necessário a cada dia, que esse processo continue se fortalecendo para que os direitos já conquistados sejam garantidos, e que se possa combater as injustiças e desvantagens que o sistema dominante impõe sobre a sociedade pobre desprovida das mesmas condições em que este sistema comumente é favorecido.

Além do mais, o jovem quando participa desses movimentos, percebe que ali por trás de todo o processo de atuação, antes de mais nada existe uma formação que determina os objetivos reais pelo qual devem estender a bandeira de luta. Pode-se dizer, que o/a jovem rural como todos que adentram nesses espaços, passa por um processo de aprendizagem e reconhece a importância de traçar metas que podem amenizar a desigualdade vivida pela sua categoria e entre certas categorias da sociedade, e articulam ações que unificam a atuação nas ruas com o trabalho de base. Entender que aquele espaço lhe pertence e que a luta é necessária para se chegar ao objetivo, faz despertar o sentimento de pertencimento ao movimento como espaço onde todos lutam pelos mesmos interesses visando a obtenção de conquistas para sua classe.

Nesse contexto, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais-MSTTR, defende um projeto pautado no desenvolvimento do campo onde esses sujeitos estão inseridos, que possa promover oportunidades, desenvolvimento e alternativas que gere emprego e renda no campo.

⁴ A Constituição é a lei máxima de um país, que traça os parâmetros do sistema jurídico e define os princípios e diretrizes que regem uma sociedade. Ou seja, ela organiza e sistematiza um conjunto de preceitos, normas, prioridades e preferências que a sociedade acordou. É um pacto social constitutivo de uma Nação. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaao/colunas/o-que-e-e-para-que-serve-a-constituicao/>

É preciso reconhecer que muito foi feito, mas que ainda há muito por construir. A juventude do MSTTR vem pautando a urgência de políticas que promovam oportunidades de permanência dos (as) jovens no campo e a sucessão rural. Dessa forma, entendemos que a sucessão rural só se viabiliza a partir da implementação de um modelo de desenvolvimento rural capaz de gerar oportunidades de vida digna e relações justas para que as pessoas do campo, sobretudo os (as) jovens, possam edificar seus projetos de vida e trabalho no campo. O modelo de desenvolvimento defendido pelo MSTTR, denominado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), baseia-se na realização de ampla e massiva reforma agrária, no fortalecimento da agricultura familiar, no acesso aos direitos e políticas públicas diferenciadas e na superação de relações sociais desiguais, de ordem econômica, territorial, de gênero, étnico-racial e geracional. (CONTAG, 2016, p.91)

Logo, o que se percebe é que a juventude rural muitas vezes não consegue avançar nos seus projetos de vida no campo devido as dificuldades que surgem e a falta de valorização de suas atividades agrícolas. Portanto, é preciso tornar realidade este modelo de desenvolvimento numa dimensão que atenda as demandas dos povos rurais, por um campo sustentável e com viabilidade para se produzir com qualidade de vida, com segurança no manejo e sem o uso de práticas danosas ao meio ambiente como um todo. Nessa perspectiva, acredita-se, que o/a jovem tendo oportunidade de trabalhar na sua localidade gerando renda e tendo no seu dia-a-dia condições de produzir e adquirir sua estabilidade financeira dependendo somente de suas ações, dificilmente surgirá o interesse de deixar aquele espaço. Isso, portanto, só será possível⁵ quando esses sujeitos tiverem o acesso as tecnologias existentes, o acesso a saúde, educação, terra e moradia.

Com isso, a permanência do jovem no campo se torna um fator importante no processo de sucessão familiar. Assim, aqueles que optam por ficarem com sua família na propriedade, muitas vezes procuram participar das atividades agrícolas e contribuir com o melhoramento da qualidade dos produtos que são produzidos dentro do sistema. Dessa forma o/a jovem vai criando suas próprias alternativas de sobrevivência, e, além do mais, dependerá do seu potencial de transformar sua realidade na obtenção de renda para sua subsistência. Será o próprio/a própria responsável de suas atividades e do resultado obtido, não necessitará de trabalhar para alguém a não ser para si mesmo.

O processo de sucessão rural em alguns casos, é limitado devido ao esvaziamento do campo com a saída dos mais novos. Geralmente muitos desses não voltam e os mais velhos que ficaram na propriedade alguns continuam desempenhando seus trabalhos e outros já não tem condições de permanecer trabalhando. Deste modo, compreende-se, que a juventude rural

⁵ Vale ressaltar, que os autores ao discutirem sobre juventude, também aborda a questão de gênero de forma mais ampla, da qual não iremos aprofundar nesse trabalho. Entretanto, apesar de tratar nesse trabalho sobre a juventude e juventude rural, não podemos desconsiderar a importância dessa temática para compreender como se dá a relação de gênero na sociedade em que vivemos.

tem papel importante nesse processo de sucessão, mas se não há condições dos jovens permanecerem no campo, também não terá como reverter essa situação a não ser através de iniciativas que beneficiem essa categoria, e façam com que o seu lugar seja a melhor alternativa para se viver em comparação a outros lugares urbanos que oferecem condições adversas.

Mais à frente a discussão trará a questão da política de Educação do Campo como uma conquista dos movimentos sociais e dos povos camponeses, ribeirinhos e indígenas, do MST e agricultores familiares, etc. por uma educação de qualidade que condiz com a realidade vivida por esses sujeitos.

2.3 Educação Do Campo.

A Educação do Campo como fenômeno da realidade atual nascida da materialidade da luta pela terra, se concretiza como uma política pública conquistada que surge como alternativa para mudar o contexto educativo que foi ofertado há décadas para os povos do campo. “Sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital”. (CALDART, 2012, p.324). Essa política não firma somente na questão da escola, mas, perpassa as barreiras da ignorância, da desigualdade e do latifúndio. Assim como a luta pela reforma agrária, por políticas públicas para o campo que possam estimular a permanência de jovens e adultos no seu espaço de origem, com condições dignas de produzir seu sustento e conseqüentemente, obter sua renda própria de forma autônoma, em tempos que cada vez mais o agronegócio se solidifica e ganha dimensão no Brasil, enquanto a falta de terra é uma dura realidade vivida por milhões de pessoas que não possuem se quer o necessário para sobreviver, nem alternativas para produzir, da mesma forma, o direito a Educação do Campo é imprescindível para formar cidadãos conscientes e preparados para a vida, e também para a lida no dia a dia, e não tendo como foco principal, apenas o trabalho exploratório.

Portanto, a Educação do Campo precisa ser permanente e se difundir na realidade dos povos do campo, das águas e das florestas. Pois, a educação é necessária para todos sem distinção de raça, cor e gênero.

De acordo Caldart (2012, p.327):

Partindo dessa materialidade, a Educação do Campo, nos processos educativos escolares, busca cultivar um conjunto de princípios que devem orientar as práticas educativas que promovem – com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar à formação para uma postura na vida, na comunidade – o desenvolvimento do território rural, compreendendo este como espaço de vida dos sujeitos camponeses.

A discussão a respeito da criação de um ensino que fosse coerente com a realidade do camponês, do agricultor familiar, começou com a iniciativa dos movimentos sociais e sindicais com a participação do Movimento Sem Terra-MST, dos Sindicatos e outras organizações que diante do sistema capitalista que ainda persiste nos dias atuais, pensaram em um modelo de educação que fosse diferente do ensino em que submete a sociedade estudantil a aprender o caminho da obediência a exploração da sua força de trabalho pelo sistema capitalista. Sendo assim, pensaram em um modelo de educação que valorizasse os sujeitos camponeses e o espaço em que estão inseridos.

Com a necessidade de oferecer uma educação básica que atendesse as especificidades de jovens e adultos dos assentamentos da Reforma Agrária, com cursos profissionalizantes, técnico e superior, o governo federal cria o Programa Nacional da Reforma Agrária-Pronera em 16 de abril de 1998.

Portanto, em 1998 houve a “I Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho”. (CALDART, 2012, p.258). Em 26 e 29 de novembro de 2002 as discussões amadureceram na defesa de uma Educação do Campo, sendo consolidado em 2004 na II Conferência Nacional. Logo, “[...] discutir a Educação do Campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados [...]”. (CALDART, 2012, p.258).

O lema formulado na II Conferência Nacional, “Educação do Campo: direito nosso e dever do Estado!”, expressou o entendimento comum possível naquele momento: a luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação é específica, necessária e justa, deve dar no âmbito do espaço público, e o Estado deve ser pressionado para formular políticas que a garantam massivamente, levando a universalização real e não apenas princípio abstrato. (CALDART, 2012, p.260)

A Educação do Campo ainda é limitada no espaço nacional, apesar de existir esse modelo de ensino, a sua implementação nos currículos escolares das escolas do campo com a inserção de educadores do campo, ainda não está firmada ou garantida. Entretanto, ainda há uma grande resistência em consumir esse projeto de ensino nas escolas do campo como uma

política pública fundamental assim como outros componentes curriculares, tendo visto que essa prática de educação, contesta a lógica capitalista.

Pela lógica do modelo dominante, é a educação rural e não a Educação do Campo, que deve retornar à agenda do Estado, reciclada pelas novas demandas de preparação de mão de obra para os processos de modernização e expansão das reações capitalistas na agricultura, demandas que não necessitam de um sistema público de educação no campo. (CALDART, 2012, p.260)

O que ainda prevalece é uma educação espelhada no contexto rural de produção burguesa, e, o que se percebe, é que a Educação do Campo é vista como uma educação capaz de confrontar o mundo da desigualdade, pois, é uma metodologia transformadora que vai contra os preceitos do ensinar para servir ao mercado, ou seja, não tem como foco ensinar como servir o capitalismo, pelo contrário, é uma formação que valoriza o sujeito e valoriza sua cultura, seu modo de vida e sua realidade, seus saberes.

A formulação dos marcos legais da Educação do Campo continuou se consolidando com a aprovação das Diretrizes Operacionais em 2002. Essas diretrizes definem os critérios políticos, pedagógicos e as normas que regulamentam a organização das escolas do campo.

Em 2002 foi aprovada a Resolução CNE/CEB 01, de 03 de abril, que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, consolidando um importante marco para história da educação brasileira e, em especial, para educação do campo. Todavia, a lentidão na implementação de tais políticas de direito, dificultou seu alcance e efetivação nas escolas do campo de toda a sociedade brasileira. (SANTOS, 2017, p.216)

Além da criação das diretrizes, também se cria, o Fórum Nacional de Educação do Campo-Fonec em 2010, e nesse fórum é articulado a expansão dessa política para os cursos superiores nas universidades e institutos federais, além de demonstrar repúdio ao fechamento de escolas do campo e o desejo de que se crie novas escolas. Desde então, várias universidades federais passaram a adotar a Licenciatura em Educação do Campo como ensino superior ofertado de forma exclusiva para jovens e adultos do campo, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior (Procampo).

O Programa foi implantado inicialmente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Federal de Brasília (UnB). Para a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso participaram os representantes das universidades e os movimentos sociais. (SANTOS, 2017, p.217)

É importante destacar que essa conquista se deu através do governo Lula que democraticamente, expandiu a política educacional para que as portas da universidade pudessem serem abertas para filhos e filhas da classe trabalhadora mais pobre, constituindo

também, as cotas raciais que possibilitou que negros e indígenas pudessem ter o direito a adentrar em uma universidade e cursar um ensino superior.

A trajetória educacional dos povos do campo, das águas e das florestas está sendo moldada com uma nova realidade. O alcance a formação superior se tornou um sonho possível para muitos filhos (as) de agricultores rurais, pescadores, indígenas e quilombolas que tiveram a oportunidade de conquistar um diploma na universidade pública e de qualidade. Logo, o que se percebe, é que por muitas décadas o direito a educação sempre foi dominado pela elite e negado a maioria pobre. Associado a forma excludente que escolhe quem pode ou não acessar os mesmos espaços da universidade, está o preconceito e a discriminação que alimenta a desigualdade social no país.

Durante séculos a formação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo “importado” de educação urbana. Os valores presentes no meio rural, quando comparados ao espaço urbano, eram tratados com descaso, subordinação e inferioridade. Num campo estigmatizado pela sociedade brasileira, multiplicava-se, cotidianamente, preconceitos e estereótipos. (SANTOS, 2017, p.211)

Contudo, jamais deve ser aceita a negação da oferta de educação para esses sujeitos, com a premissa de que para exercer a função de trabalhador/trabalhadora do campo, não precisa de escolarização de qualidade. A educação tem o viés de formar e capacitar o sujeito para sua vivência no dia-a-dia, a educação transforma, assim, como liberta.

Todavia, é inegável dizer que tanto as escolas do campo existentes, quanto a universidade pública principalmente, se tornou na atualidade, um espaço ocupado pela massa que representa a classe pobre. Isso é fato, e, também, um enorme avanço que contribui para que as amarras da alienação sejam desfeitas e que o aprendizado seja transformador na vida do estudante.

Apesar dos desafios e da existência de uma sociedade capitalista e desigual, já não está tão distante a construção da Educação do Campo, nas escolas do campo. Por mais que em maioria dos estados, educadores e educadoras do campo ainda não tem a oportunidade de exercerem a docência para esse público alvo, ainda há a expectativa de que profissionais da Educação do Campo possam atuar com a oferta de uma boa escolaridade, com satisfação em colaborar com o ensino, e, também, em aprender com esses sujeitos.

A Educação do Campo, também abrange a discussão a cerca da questão agrária de como se constitui o uso, a posse da terra e a vivencia dos povos tradicionais com a produção agrícola. Compreende também, que um modelo de educação que se posiciona contrária às práticas convencionais de produção, que fundamentam o agronegócio por exemplo, que é o principal responsável pelo desmatamento de imensas áreas florestais para a produção de

monoculturas com o uso exacerbado de agrotóxicos, e a criação de gado por latifundiários, deve ir a fundo numa discussão sobre os métodos de produção alternativo, sobre a preservação da originalidade de sementes e o manejo ecológico do solo.

Diferentemente da educação convencional considerada como um modelo pronto e burguês de preparar o cidadão para servir o mercado de trabalho, a máquina capitalista, a Educação do Campo tem como base a valorização das origens dos camponeses, das culturas, tradições e qualidade de vida. A agroecologia, no entanto, é a base desse modelo, a preservação ambiental caminha juntamente com a sustentabilidade. A segurança e a soberania alimentar, a economia solidária e a agroecologia são temas da Educação do Campo.

Enfim, concordado com Caldart (2012, p.261), a Educação do Campo:

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação *do* Campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim, *dos* camponeses, expressão legítima de uma pedagogia *do* oprimido.

Neste sentido, entendendo a juventude camponesa enquanto categoria social, que precisa ser discutida no seu contexto, sendo, portanto, a juventude camponesa de Urandi-BA objeto de estudo desse trabalho, e também trazendo a discussão da Educação do Campo como uma política fundante para pensar a vivência desses sujeitos, no próximo capítulo, será discutido a vinculação e a participação da juventude rural de Urandi no Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – STTR, compreendendo que estes são os marcos pelos quais serão baseados.

CAPÍTULO 3 - SINDICATO RURAL DE URANDI

3.1 Contextualização do Município de Urandi

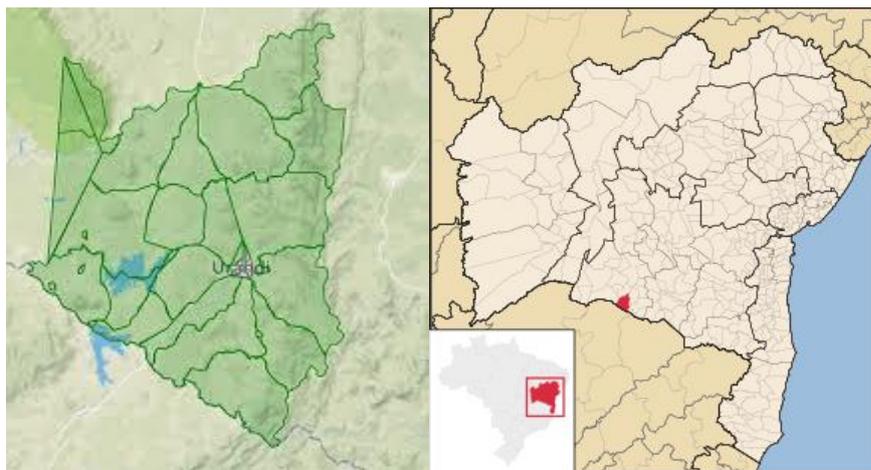
O município de Urandi está situado no território Sertão Produtivo no Sudoeste da Bahia, região semiárida com biomas predominantes Caatinga e Cerrado. Faz divisa ao limite sul com Espinosa município do estado de Minas Gerais, ao norte com os municípios de Pindaí e Licínio de Almeida, ao leste Jacaraci e oeste Sebastião Laranjeiras. Com base no último Censo do IBGE⁶ realizado em 2010, a população estimada deste município é de 16.466 habitantes com área territorial de 902,402 km². O município de Urandi está localizado a 65 km da cidade de Guanambi centro comercial da região, e 700 km de Salvador capital da Bahia. A economia municipal é baseada principalmente na produção agrícola e pecuária dos produtores e produtoras rurais do município.

Em relação ao histórico do município quanto a sua formação, ainda de acordo aos dados do IBGE, Urandi foi habitado primeiramente pelos povos indígenas conhecidos como Acroás, e posteriormente invadida por portugueses que buscaram explorar seus bens naturais, em busca de pedras preciosas na região. Com isso, “em 1889, criou-se o município com sede no povoado de Umburanas, recebendo a denominação de Vila Bela das Umburanas. Transferiu-se a sede municipal para Duas Barras em 1918, mudando-se o nome do município para Urandi⁷”. O nome é de origem indígena especificamente da língua Tupi que significa Madeira Negrecenta. Em 12 de outubro de 1918 é fundada a cidade e teve como primeiro prefeito, Propércio Fernandes Baleeiro.

MAPA-Território e Localização de Urandi-BA

⁶ População no último censo: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama>. Acesso em: 15/04/2020.

⁷ História de Urandi-Ba disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/historico>. Acesso em: 24/07/20



Fonte: [5_1600313897112.pdf \(tse.jus.br\)](#). Acesso em: 01/05/2021
[Urandi – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#)

No mapa acima pode ser verificado o território do município, conforme mencionado anteriormente.

3.2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi

Em 1974 é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR⁸ do município de Urandi, como símbolo de resistência, força e luta por direitos iguais, por ideais que dignificam e reconhecem a importância de homens e mulheres do campo.

Com base em França (2018), a ideia de se criar o STTR nasceu do Sr. Joaquim Gomes Pereira também conhecido como Seu Quinquinha. Portanto, “às 10 horas do dia 12 de maio de 1974, no mercado municipal, 278 sócios-fundadores se reuniram para dar início ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi, com o objetivo de defender os interesses e direitos do homem do campo”. (FRANÇA, 2018, p.4). Por mais que o idealizador foi o Seu Quinquinha, a função exercida por ele na primeira diretoria, foi de secretário. Enquanto quem assumiu o papel de presidente foi o Sr. Adaltino Pereira Rodrigues.

Contudo, o surgimento do STTR é lembrado pelo fato da sociedade brasileira naquela época, ter vivido sob o domínio do autoritarismo e da repressão da ditadura militar. Este período que também é marcado fortemente pela Educação Rural que reforça a compreensão “do homem do campo” que evidencia o patriarcado e conseqüentemente secundariza as mulheres neste processo. O país tinha como atual presidente, o general Ernesto Geisel que

⁸ Em 2009 teve seu nome alterado para Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi-STTR, em decorrência da reformulação do estatuto para adequar-se, às normas do novo código civil brasileiro. Em 2015, o nome é alterado para Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi-STTR. Portanto, no decorrer deste trabalho será utilizado a sigla STTR quando se referir a essa entidade.

assumiu em 15 de março de 1974 a 14 de março de 1979. De certa forma, Geisel torna seu governo menos arrochado em comparação aos atos extremistas da ditadura dos governos anteriores, que se seguiam de intensa repressão, e perseguição a várias categorias da sociedade civil que se opusessem ao sistema. Então, através da pressão social contra a ditadura e seus efeitos, possibilitou que o regime militar fosse diminuído gradualmente para retornar no país, a esperança de um novo modelo democrático e o surgimento de novas organizações políticas populares.

Tal projeto de transição pelo alto enfrentaria, entretanto, uma vigorosa tensão contrária com o crescimento da ação organizada dos trabalhadores, através dos movimentos sociais. Abalos que começaram em 1978, com as greves do ABC; desdobraram-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; fizeram-se sentir mais firmes em 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente – as “Diretas Já!” – e repercutiram na participação popular no processo Constituinte de 1988. (MATOS, 2009, p.118)

Como referido anteriormente, foi em um momento crítico em que o STTR surgiu e teve que resistir aos reflexos das perseguições aos movimentos sindicais pelo regime militar. Momentos como esse, e demandas da atualidade, eram pautas das reuniões realizadas no sindicato como estratégia de resistência. “Em 29 de maio de 1976, o STTR finalmente consegue ser reconhecido órgão representativo pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em 2 de abril de 1977, o STTR se filia à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia (Fetag-Ba)” (FRANÇA, 2018, p.4).

A existência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi, foi se tornando cada vez mais importante ao longo das manifestações. “Era comum se realizar passeatas e manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na cidade, pedindo por reconhecimento, melhorias nas estradas, na saúde pública e a valorização do povo do campo”. (FRANÇA, 2018, p.5). Seu Quinquinha assume a segunda diretoria no dia 26 de março de 1977, e da continuidade na luta por direitos dos trabalhadores rurais. Uma das principais exigências dos urandiense, era pelo investimento na saúde, com mais médicos e médicas para atender o povo, pois, havia apenas um médico para todo município. Foi um momento marcado pela anistia que favoreceu não somente aqueles que lutaram contra o sistema ditatorial, mas, também, os opressores da ditadura.

O senhor Jesulino José Antônio (Zezé das Pedras) foi o terceiro diretor do STTR assumiu no dia 30 de março de 1980. Em sua gestão, continuaram demandando melhorias na saúde pública, e sobre a importância de se ter no município o Banco do Brasil e do Nordeste

para que os agricultores pudessem ter acesso a créditos e poder investir em suas propriedades rurais.

Seu Quinquinha volta a assumir a quarta diretoria em 16 de abril de 1983. “A década de 80 é marcada por grande organização civil, como por exemplo o movimento das Diretas Já, que reivindicava eleições diretas para presidente”. (FRANÇA, 2018, p.5). Além disso, surgiram outras organizações sociais nesse mesmo período, como a CUT, a Pastoral da Juventude Rural-PJR e consecutivamente em 1984, o MST. São movimentos existentes que se posicionam a favor dos direitos sociais.

No dia 18 de maio de 1986, assumiu a quinta diretoria do STTR, o Sr. Joaquim Nogueira Aranha. As organizações sindicais se fortaleciam cada vez mais com a participação das comunidades rurais nas manifestações.

A data 25 de junho, Dia do Lavrador, foi marcada por uma grande passeata das comunidades rurais em Urandi: Pé da Ladeira, Casa Nova, Pesqueiro, Água Verde e Feijão Preto. As faixas levantadas pelos homens e mulheres do campo reivindicavam direitos básicos: escolas, água encanada, luz, mais um médico na cidade e convênio com o Instituto Nacional da Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). (FRANÇA, 2018, p.6)

A sexta diretoria como presidente, foi formada pelo Sr. Adão dos Santos, no dia 18 de maio de 1989. Nessa gestão do Sr. Adão, começou a valer o novo estatuto do sindicato e as reuniões registradas em ata. “O sindicato se associou à Cáritas no dia 29 e agosto de 1991. A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário”. (FRANÇA, 2018, p.6).

Antônio Baleeiro Guimarães (Tone de Dau) se torna o sétimo diretor presidente da entidade no dia 19 de maio de 1992. Ano em que foi marcado pelo processo de impeachment de Fernando Collor de Melo, porém, renunciou antes de ser julgado e quem assumiu foi Itamar Franco em 29 de dezembro de 1992. Também teve a participação do sindicato na fundação do Polo Sindical da Região de Guanambi no dia 12 de outubro. Nessa gestão de Antônio Baleeiro, o sindicato começa a se reestruturar financeiramente com recursos provindos das mensalidades dos sócios que seriam destinados aos investimentos nas demandas sindical, como bancar as viagens aos congressos da Fetag-Ba, Contag, e, também, para melhor estruturar sua sede. “A maioria das viagens, do primeiro presidente até o mandato de Antônio Baleeiro, eram bancadas por dinheiro do bolso dos próprios presidentes e diretores, ou seja, de recursos próprios”. (FRANÇA, 2018, p.7).

O oitavo presidente foi José Cardoso de Oliveira (Zé Cardoso) assumiu em 30 de junho de 1995. A situação do sindicato havia tido grandes avanços e melhorias, como oferta de cursos para os agricultores, aproximação com o polo sindical e demais sindicatos da região somando forças na luta sindical, o STTR se filia a CUT e acontece nesse período, o Grito da Terra Brasil⁹.

Em 30 de junho de 1998 Zé Cardoso é reeleito como nono presidente do STTR. Em 1999 o STTR tinha 936 sócios, e foi um ano também marcado pela participação de mulheres nos “espaços político, exemplos disso são: a Marcha Mundial das Mulheres contra a Violência e Pobreza e, como uma ação em adesão da Marcha, correu a primeira Marcha das Margaridas”¹⁰ (FRANÇA, 2018, p.8).

Após quatro anos de mandato, Zé Cardoso assume a décima presidência do STTR. O momento político do Brasil se reestruturava com a eleição de Lula para presidente da república. A esperança de dias melhores se fundamentou para milhões de brasileiros após o país ter vivido um domínio neoliberal de privatizações e parcerias com os setores capitalistas.

Este mandato foi marcado com reuniões realizadas na base, além de manter uma parceria saudável com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Nesse mesmo ano foram aprovadas as Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo e no ano posterior, criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (FRANÇA, 2018, p.8)

Após três mandatos consecutivos no sindicato, Zé Cardoso passa o cargo para Lucas José Nogueira Santos como o décimo primeiro presidente da entidade. “Em 2007 aconteceu o Primeiro Festival Nacional da Juventude Rural e a 3ª Marcha das Margaridas-2007 Razões para Marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista- contou com a participação de 50 mil mulheres”. (FRANÇA, 2018, p.9). Ocorreram grandes manifestos em prol de melhores condições e dignidade nos espaços de trabalho, valorização da agricultura familiar, reforma agrária, conservação ambiental, e por um país mais sustentável. Também houve a reformulação do estatuto de acordo ao código civil brasileiro, e neste tempo, dando espaço para a participação de mulheres e jovens, é criado as secretarias de Mulheres, Jovens e Adolescentes.

⁹ O Grito da Terra Brasil é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs).<Disponível em>[FETASE | Grito da Terra Brasil](#). Acesso em: 04/05/2021.

¹⁰ No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, foi assassinada com um tiro de espingarda calibre 12 no rosto. A primeira mulher a liderar um sindicato de trabalhadores rurais no Brasil morreu aos 50 anos, na frente de casa, perto de seu marido e do filho de oito anos, que brincava na calçada. <Disponível em><https://fpabramo.org.br/2019/08/14/quem-foi-margarida-alves-inspiradora-da-marcha-das-margaridas>. Acesso em: 15/09/2020.

Em 2010 é eleita como a primeira mulher na presidência do Brasil, Dilma Rouseff e nesse mesmo momento, o STTR é ocupado como décimo segundo diretor presidente, Leidejane Fernandes Baleeiro (Leide), a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do STTR. Esse momento é celebrado como uma conquista necessária para que a sociedade pudesse perceber o potencial da representatividade feminina nos espaços políticos. Significa que as barreiras da intolerância do patriarcado, da sociedade opressora estão cada vez mais sendo rompidas pela perseverança e batalha das mulheres em denunciar a sobrecarga de trabalho e se desafiando a assumir cada vez mais espaços, participar nas decisões que não somente lhes dizem respeito, mas, de toda uma sociedade.

Assim, o STTR de Urandi na gestão de Leidejane Baleeiro, procurou se aproximar cada vez mais dos agricultores e agricultoras do campo levando através da organização de mutirões nas comunidades rurais, informações sobre o papel do sindicato, e do mesmo modo, reforçar a importância da participação destes agricultores nas reuniões e assembleias, cursos e outros atendimentos oferecidos pela entidade aos seus associados. Oportunizou a participação mais efetiva de jovens e das pessoas idosas em celebrações comemorativas como Festival Municipal da Juventude Rural e Seminário da Pessoa Idosa.

A formação de base é um ato político e formativo que tem como perspectiva, fazer com que o sujeito se conscientize e perceba sua importância na sociedade. É promover o empoderamento do oprimido para defender seu espaço e resistir aos impasses do conservadorismo que não cessa. Nesse sentido, foi criada a Escola Nacional de Formação da Contag-Enfoc, e teve em 2010 a participação do STTR de Urandi.

[...] com a participação de Juliana Aranha na 2ª Turma do Curso Estadual da Enfoc e de Leidejane Baleeiro na 1ª Turma do Curso Nacional para Mulheres, a partir disso, as educadoras populares participaram de diversos outros processos formativos e incentivaram a participação de outros diretores e diretoras do Sindicato. (FRANÇA, 2018, p.23)

Já no ano de 2011, O STTR de Urandi participou da 4ª Marcha das Margaridas onde tiveram reunidas 100 mil mulheres de vários estados do país. “Além disso, o sindicato fortaleceu os laços com o Banco do Nordeste e realizou o 1º Festival da Juventude Rural de Urandi”. (FRANÇA, 2018, p.9). O estatuto novamente é reformulado em 2014 incluindo a Secretaria da Terceira Idade, e nesse mesmo ano o STTR cria a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Em 30 de junho ocorre a reeleição de Leidejane para a décima terceira diretoria, e, também foi realizado o 2º Festival da Juventude. Em 31 de agosto de 2016, o Brasil passa por um golpe de estado que retira do poder no seu segundo mandato, a presidente

Dilma que dava continuidade nos projetos de Lula e procurava ampliar os direitos dos trabalhadores brasileiros. O ano seguinte de 2017, aconteceu o 3º Festival da Juventude Rural.

O STTR se torna uma referência no sudoeste baiano pelos avanços que tem tido ao longo de sua existência, das gestões que tem priorizado atender os agricultores, representá-los e defendendo essa categoria. Também passou a ofertar aos sócios e sócias, cursos de Corte e Costura, de Violão, Informática, de Pintura, Atendimento Odontológico e Fisioterapêutico.

Com todo esse histórico de luta e resistência, o STTR visa melhorar os serviços em prol do trabalhador e trabalhadora do campo, levando não só os atendimentos já citados, como também, informação, ensinamentos e empoderamento, afinal “se o campo não planta, a cidade não janta”. (FRANÇA, 2018, p.11)

A presença feminina na direção do Sindicato continua a perseverar na pessoa de Juliana Ferreira de Santana Aranha Martins (Ju) sucedendo Leidejane no ano de 2018 e ocupando a décima quarta diretoria do STTR. Vale destacar a participação dessas duas mulheres desde o início do mandato de Leidejane, onde unidas e somando também com toda diretoria, puderam transformar o sindicato do município como uma entidade em que possa ser espelhada como referência no estado da Bahia. Assim como no último mandato de Leidejane, Juliana dá seguimento nos trabalhos de base acompanhando as associações nas suas atividades, reforçando parcerias com instituições, e dando apoio aos agricultores rurais na comercialização de seus produtos.

Por conseguinte, sob a liderança de Juliana, o sindicato abre espaço para a realização da 1ª Feira da Agricultura Familiar na rua em frente à entidade. Logo, houve várias outras feiras sendo realizadas nas quartas feiras de toda semana. Essa iniciativa teve como propósito o apoio na comercialização dos alimentos e outros produtos artesanais produzidos pelos agricultores familiares.

Outro avanço importante deste mandato, foi a parceria com uma rádio local onde o STTR iniciou em setembro de 2018 o programa Sindicato em Ação, tendo como objetivo, informar os agricultores e a população em geral, sobre as atividades que tem sido desenvolvidas, sobre vários assuntos que dizem respeito aos agricultores e agricultoras e podem ser resolvidos na entidade, as parcerias que tem sido feito com pessoas e/ou organizações visando a capacitação, atendimento médico, oferta de cursos e, até mesmo, informar aos ouvintes a importância da entidade como representante da classe trabalhadora.

Atualmente, devido a pandemia do Covid-19 (Coronavírus) que se instalou no Brasil e no mundo, e que teve um número elevado de casos no município de Urandi ocasionando em uma crise de saúde e que abalou vários setores incluindo às atividades do sindicato, devido a

esse fato, muitos dos projetos que estavam previstos para serem realizados no ano de 2020, tiveram que ser interrompidos. Como exemplo, o 4º Festival da Juventude Rural estava previsto para ser realizado nos dias 21 e 22 de março e teve que ser suspenso.

Mesmo diante a situação pandêmica, e seguindo as normas de prevenção, o STTR realizou a campanha da Troca Solidária, em parceria com o Centro Público de Economia Solidária do Sertão Produtivo-Cesol, a benefício de arrecadar alimentos e utensílios essenciais para serem doados a famílias necessitadas nesse período de pandemia.

Neste ano de 2020 em 12 de maio o STTR completou 46 anos de existência, isso demonstra que se a entidade tem resistido até a atualidade, deve se considerar sua importância, para à categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município. Portanto, vai prevalecendo e resistindo, defendendo trabalhadores e trabalhadoras do campo, a agricultura familiar o direito à terra, a educação e a vida.

3.3 A Participação da Juventude Camponesa no STTR de Urandi.

A participação dos jovens rurais no sindicato, começou ainda na gestão de José Cardoso, e foi tendo maior participação com a formação de grupos de estudo do Programa Jovem Saber no ano de 2011. O programa foi oferecido através da Contag para jovens de 16 a 32 anos por meio de grupos de estudo de 5 até 10 pessoas. “O programa é um processo de educação a distância que busca valorizar a experiência e o conhecimento do mundo do (a) jovem rural, na perspectiva de engajá-lo politicamente na comunidade e em particular na ação sindical” (CONTAG, 2016, P.50). Com isso, o projeto foi se estendendo com a participação de mais jovens de várias outras comunidades rurais. Destacamos a importância de programas sociais que possibilitem a construção de ações voltadas a juventude rural.

Nesse sentido, compreende-se, que o trabalho sindical, ou seja, o trabalho de base tem também, o poder de transformar e instigar a participação desses jovens na atuação social e política na busca por obter e preservar suas conquistas, seus direitos. Assim, em consonância com o que indica a Contag (2010, p.26), sobre a atuação do movimento sindical:

No caso do Movimento Sindical de Trabalhadores (as) Rurais (MSTTR), desde seu nascedouro que a estratégia era realizar massiva formação de base, com forte estímulo à alfabetização, na tentativa de organizar o enfrentamento do coronelismo, das oligarquias e do latifúndio, superar a dificuldade de acesso a informações, que maculava o “ser camponês”, tornando-o um ser com baixa *autoestima*, um subproduto daquela realidade.

O STTR tem se preocupado em dialogar com jovens e adultos do campo, associados ou não, sobre como se configura esses sujeitos no seu espaço. Tem abordado questões sociopolíticas que interferem na existência desses povos, assim como os fatores que levam muitos jovens entre homens e mulheres a saírem do campo em busca de uma realização profissional e financeira. Porém, em muitas situações, o sonho é contrariado por uma realidade que se distancia de uma perspectiva de vida confortável. Além do mais, os cursos práticos e teóricos ofertados pelo STTR e pelos parceiros de instituições de ensino, são oportunidades de instigar o empreendedorismo seja ele autônomo ou cooperado. Isso tem dado certo, como por exemplo, pode ser citado a formação de um grupo de mulheres jovens e adultos que após o curso de corte e costura, iniciaram seu próprio empreendimento na comunidade.

Em nossa percepção os avanços são positivos, e é evidente que essa entidade está desenvolvendo um trabalho importante para essa categoria. O STTR tem contribuído expressivamente na discussão por uma Educação do Campo de qualidade, e é fato que não só apoia a existência, construção e permanência de escolas do campo, como também tem desenvolvido vários seminários com a parceria entre professores de instituições como a Universidade do Estado da Bahia-UNEB, com o intuito de pensar a educação como direito de todos, e, em especial que seja ofertada para os sujeitos do campo, uma escolaridade que seja adequada às suas origens e realidade. Além do mais, incentiva a produção familiar, e de preferência, a produção de produtos orgânicos e agroecológicos com temáticas voltadas para às ciências agrárias, como fortalecimento da agricultura camponesa, familiar, e a produção e conservação de sementes crioulas. Nessa questão, a parceria com o Instituto Federal Baiano-IF-BAIANO de Guanambi, tem contribuído também, com atividades voltadas para o manejo, e conservação dos solos, e no ensino de práticas alternativas para a agricultura que tem como objetivo, promover a produção saudável de alimentos sem a utilização de insumos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente.

Tendo essa percepção inicial sobre a relação constituída entre o Sindicato e a juventude camponesa de Urandi, a partir da vivência do pesquisador neste espaço político e formativo, direcionamos, como parte imprescindível da pesquisa, ouvir estes sujeitos, os jovens e as jovens que vivenciaram e vivenciam atualmente a participação no STTR, buscando compreender, a partir de suas falas como se configura a participação dos jovens do campo no STTR.

3.4 Perfil dos Sujeitos da Pesquisa

Para a coleta de dados empíricos, foram selecionados 5 cinco jovens de diferentes comunidades rurais do município de Urandi. Ambos foram convidados e tiveram interesse em participar da pesquisa. No entanto, o método desenvolvido na pesquisa, ocorreu através de entrevistas com cada um desses jovens através do WhatsApp, (aplicativo de interação social) atendendo uma dinâmica de readaptação devido ao momento de pandemia ocasionada pelo Coronavírus, que inviabilizou a realização das entrevistas presencialmente considerando o risco de contágio. Na tabela abaixo podemos visualizar um breve resumo do perfil destes cinco jovens, considerando a idade, o sexo, a cor, o estado civil e a profissão. Cabe salientar que os nomes utilizados são fictícios em comum acordo com os participantes.

Tabela 1- Identificação dos Sujeitos da Pesquisa

Jovem	Idade	Sexo	Cor	Estado civil	Profissão
Paulo	29 anos	Masculino	Parda	Casado	Criador de Conteúdo Digital
Julia	30 anos	Feminina	Parda	Casada	Lavradora
Leidiane	22 anos	Feminina	Parda	Solteira	Lavradora
Margarida	21 anos	Feminina	Parda	Solteira	Estudante/Agricultora
Jovem	32 anos	Masculino	Branca	Solteiro	Agricultor

Ao analisar os dados coletados por meio das entrevistas, identifica-se que dos cinco jovens entrevistados, 3 são mulheres e 2 são homens, sendo que a idade deles varia entre 21 a 32 anos. A maioria deles se auto declaram de cor parda, sendo, portanto, a maior parte de estado civil solteiros, e no âmbito da profissão, se consideram como agricultores rurais. Vale ressaltar, que o único jovem que não é agricultor, exerce a profissão de Criador de Conteúdo Digital, mas tem forte vínculo com o campo devido ser de origem camponesa e desenvolve suas atividades na Rádio do Sindicato.

Olhando para esses dados, verificamos que a questão da faixa etária assim como aborda Castro (2009) de 15 a 32 anos, é um elemento que também incidiu sobre os dados que foram levantados. O processo de transição no contexto da juventude, também é evidenciado nesses dados quando se refere a vida profissional referente a profissão e a educação.

Pensar a juventude ocupando espaços de liderança e sendo protagonista nos movimentos sindicais é uma reflexão que devemos fazer e, ao mesmo tempo, compreender

que essa participação da juventude no sindicalismo ainda é mínima e deve ser ampliada para se fortalecer a luta sindical cada vez mais.

Entretanto, as entrevistas trouxeram alguns elementos que foram importantes para se pensar o início da participação destes sujeitos no STTR. Nesse sentido, através da coleta de dados pôde identificar nas falas dos entrevistados, o momento inicial que instigou a aproximação e participação de cada um no STTR.

3.5 A Participação dos Sujeitos da Pesquisa no STTR

Ao perguntar os entrevistados se eles participam e há quanto tempo ocorre essa participação no STTR, percebemos que ocorreu de várias formas. O jovem Paulo, participa desde 2018, a jovem Julia desde 2012, a Jovem Leidiane participa há mais ou menos 4 anos, a Jovem Margarida desde pequenininha e o Jovem Felipe participa desde 2016. É interessante refletirmos sobre a fala da jovem Margarida que participa a mais tempo, quando indica o quanto a influência da mãe foi importante para sua vinculação desde criança, e a fez perceber o quanto o sindicato é importante na representação dos povos do campo.

Margarida: “desde pequenininha já comecei aí a participar, frequentar né, por influência até da minha mãe. O fato de ter começado a participar e permanecido, é devido mesmo reconhecer a importância da entidade né, no contexto aí, de luta em prol dos trabalhadores rurais, sendo uma né, trabalhadora rural, uma filia aí do campo, vejo que, se faz muito necessário, né, termos aí uma representação, uma entidade que está direcionada, que está buscando cada vez mais melhorias para nós moradores do campo.

Outros portanto, relataram que a aproximação se deu através do convite por membros da diretoria para participarem de reuniões na entidade e da comissão de jovens, através de cursos oferecidos e, também, o Festival da Juventude Rural que teve uma grande relevância para a vinculação de outros jovens. Dessa forma fica explícito que o convite através de dirigentes e a participação dos pais na maioria deles sendo sócios, é essencial para fomentar a participação da juventude no movimento sindical.

A criação da Comissão Municipal de Jovens aproximou ainda mais os jovens do município instigando-os, a participarem mais ativamente do movimento sindical, isso fica evidente nas entrevistas realizadas como demonstraremos adiante. Essa comissão contribui na organização de atividades voltadas para sua categoria, a exemplo do Festival da Juventude que tem grande participação desses sujeitos na sua organização.

A segunda questão que fizemos aos entrevistados se referiu a como se efetiva essa participação no Sindicato. As respostas dos entrevistados nos trouxeram elementos importantes para se pensar como se dá a participação desses jovens, se é uma participação mais ativa e contínua, ou apenas esporádica. Portanto, ao analisar as respostas, pôde-se perceber que a maioria demonstrou não somente ter participado uma ou duas vezes, e sim, passaram a frequentar e ocupar aquele espaço através das reuniões, da Comissão de Jovens, do Programa Jovem Saber e de forma mais direta com o caso da jovem Julia que atualmente é Secretária de Jovens da entidade e o jovem Paulo que é diretor de um programa de rádio desenvolvido pela entidade, programa este, que tem como principal objetivo, informar seus associados sobre suas ações e outras informações pertinentes ao interesse da classe trabalhadora rural do município.

O jovem Felipe relatou que não participava tão ativamente na entidade, porém, mesmo não sendo sindicalizado ele estava quase sempre presente nos movimentos promovidos através das associações em parceria com o STTR por ele ser o coordenador de sua comunidade. Mas, a partir do momento em que se tornou membro da Comissão de Jovens, passou a contribuir no planejamento e nas decisões referente a organização do Festival da Juventude Rural.

Felipe: é, que eu me vi assim, como pessoa assim, participando das atividades do sindicato, participando das reuniões da comissão de jovens, decidindo, planejando como ia ser é... os festivais, planejando assim, a participação dos jovens no sindicato dentre outras atividades.

Quando o jovem fala de sua atuação nas decisões e planejamentos de atividades importantes do STTR, fica evidente o quanto ele estava envolvido e se dispôs a fazer parte desse processo de construção de ações voltadas para a juventude. Vale destacar que este processo formativo vivenciado só foi possível pela existência de espaços em que a juventude pôde se envolver nas discussões, tomadas de decisão e organização de eventos e processos formativos voltados aos demais jovens. Este jovem se propôs a dialogar com outros jovens a participarem do movimento sindical, e isso é importante porque visualizamos a partir deste exemplo, o jovem sendo protagonista nesses espaços de luta, se colocando como sujeito capaz de pensar sobre sua vida, suas relações, vinculadas ao município onde atua, mas também vinculando com as lutas mais amplas de reconhecimento da juventude como sujeito social.

3.6 As Contribuições da Participação no STTR para a vida dos Jovens

Durante a entrevista, uma das questões perguntadas aos sujeitos foi em relação as contribuições do STTR de Urandi na vida desses sujeitos. Perguntamos se a participação no sindicato tem contribuído para sua vida e para sua formação, e em quais aspectos da vida essas contribuições tem se dado. Todos os jovens entrevistados, relataram que é importante a participação no sindicato, e contribui para diferentes dimensões de sua formação. Ao responder essa questão, Paulo mencionou o valor do individualismo muito presente em nossa sociedade como causa de indignação, e a partir de quando começa a fazer parte do movimento sindical, ele passa a ter percepções capaz de mudar esse individualismo na sociedade como a prática da coletividade.

[...]o movimento sindical em si, ele...ele prega muito isso né, de você dar a mão pro próximo, de você lutar pelo próximo, de você respeitar o próximo [...] então, a contribuição de vida que o sindicato trouxe pra mim foi isso, né, fomentou mais em mim, essa questão [...] de mim indignar com o individualismo. Você tem uma entidade que te representa, você tem alguém que grita, que fala, que briga, que luta por você.

A jovem Júlia, comenta que a partir de sua vinculação no STTR teve a oportunidade de conhecer os direitos dos trabalhadores rurais, de fazer um curso ofertado pela entidade, e, com isso, pôde colocar em prática o que aprendeu.

Julia: Foi através do sindicato que eu conheci os direitos dos trabalhadores rurais, dos jovens rurais, as políticas públicas que os jovens têm direito[...] na vida profissional foi... o curso que eu fiz no sindicato que... através desse curso que a gente montou a fábrica que a gente tem hoje, e o sindicato sempre nos dá suporte, sempre que a gente precisa de algo pra nós, pra crescer, pra gente... como se diz... ir mais a frente, sempre o sindicato tá nos apoiando.

A jovem Leidiane, demonstra em sua fala o quão importante foi para ela, a partir de sua vinculação no STTR, superar o desafio de poder desenvolver a comunicação falando em público através de suas poesias, e atualmente ela já se sente segura em fazer tais apresentações.

Leidiane: Sim, é, principalmente em relação a apresentação de poesias que eu... praticamente não... fazia né, apresentações, não me soltava, e hoje já modificou um pouco, é... o fato de muitas vezes eu era, eu era... difícil pra falar em público, hoje já sou mais um pouquinho diferente. E, também, nos é... nos aprendizados né, que eu adquiri depois que eu entrei que eu comecei a participar.

A entrevistada Margarida faz um breve destaque para a formação política e a criticidade, compreendendo a importância do STTR na luta e defesa da classe trabalhadora especialmente a rural, e pela garantia dos direitos e deveres dessa categoria. “à questão de formação política né, construção crítica e, sem dúvida alguma devo isso muito a essa participação dentro de um movimento sindical”.

Não tão diferente, a fala do Jovem Felipe revela que o processo formativo através das reuniões tem possibilitado em sua vida, questionar e ter opiniões próprias. *“comecei a ter opiniões próprias, opiniões formadas, [...] de muitos assuntos que eu não tinha, que hoje eu já posso dizer assim, é... de que se trata, e tudo isso eu adquiri com essas reuniões essas participações de jovens com essa vinculação com o sindicato”*.

A partir das falas destes jovens evidenciamos a importância que a participação no sindicato tem na vida dos mesmos, em diferentes aspectos de suas vidas se confirma a presença e o destaque para a participação nesta entidade como algo positivo na vida destes sujeitos. Os entrevistados destacam a contribuição para a construção de uma visão de mundo mais crítica, contribuindo para compreender a realidade de outras formas e também para superar a timidez.

Buscando aprofundar o diálogo durante as entrevistas, perguntamos aos jovens se os mesmos se sentem representados pela entidade, todos responderam positivamente, seja através da luta por garantia de direitos e políticas públicas, auxiliando nos benefícios como aposentadoria, auxílio doença, projetos de incentivo e acesso ao crédito rural e outras questões pertinentes ao trabalhador e trabalhadora do campo. Nesse sentido, podemos citar a fala da Leidiane quando ela menciona que *“o sindicato me representa igual tem...vários benefícios, tem benefícios Garantia Safra, tem... auxílios, por exemplo, auxílio doença né, se acontecer algum acidente ele tá ali pra... pra auxiliar né, naquele benefício[...] pra pessoa sentir mais protegida”*. Destacamos aqui a sua menção ao sentimento de segurança que sente, compreendemos, portanto, que ao indicar que a pessoa se sente mais segura com a aquisição do benefício, nos cabe entender, que é como se a pessoa se sentisse de fato, representada, cuidada, sabendo que o sindicato exerce um papel fundamental para assegurar os direitos dos seus associados. Sobre esta questão da representatividade outra jovem pontua:

***Margarida:** A, sem dúvida alguma, é... além de tudo trás aí mesmo né, um debate muito forte de conscientização da juventude rural[...]na questão da reforma da previdência é... que ele... o sindicato vem aí se colocando contrário às medidas a serem tomadas, bem como em “ene” questões aí do próprio governo federal, né, que infelizmente vem aí atacando a saúde pública, né o SUS, a educação pública de qualidade, então, quando eu vejo a entidade se posicionando contrária a essas atrocidades do governo federal, também me sinto representada bem como, é... em questões mesmo voltada para a mulher do campo, né, quando promove um evento por exemplo, trazendo a questão da violência contra a mulher.*

Podemos inferir ainda, a partir desta fala, que as ações do Sindicato que buscam explicar aos sócios os retrocessos que temos vivido, bem como, o enfrentamento que o

mesmo vem construindo, guardam relação com esta sensação de segurança e de representatividade positiva que os jovens indicam.

No diálogo com estes jovens, nos interessamos em saber também se a entidade tem desenvolvido atividades ou projetos com a juventude rural que tenham contribuído de alguma forma para desenvolver habilidades e/ou fortalecer a autonomia desses jovens. Nesse sentido, os relatos foram diversos e expressaram como os jovens se sentem em relação a esta questão. Alguns elementos trazidos por eles já contemplados em respostas anteriores como a oferta de cursos que estimulou a jovem Julia a iniciar um negócio na área, a valorização dos jovens através dos festivais que fica explícita na fala de Paulo e nos faz pensar o quanto isso é importante para contribuir na desconstrução de um estereótipo preconceituoso sobre os jovens do campo, de desvalorização do campo e o trabalho nesse espaço. Fica evidente a importância destes jovens se sentirem valorizados e incentivados e a partir disso desenvolverem sua autonomia enquanto sujeitos sociais.

Outras contribuições trazidas nas falas dos jovens foram os cursos profissionalizantes ofertados também pelo STTR e parceiros. Esses cursos surgiram com uma nova perspectiva, como instigar os/as jovens a conseguirem o primeiro emprego, que tivesse uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho e garantia de renda. As falas a seguir destacam a contribuição no âmbito profissional construída a partir das ações do STTR:

Felipe: *o sindicato, é juntamente com outros órgãos, é, promove alguns cursos como por exemplo, o corte e costura, é, curso de cabeleireiro. Tenho amigos jovens que fizeram curso de cabeleireiro no sindicato, e hoje estão com seu salão, trabalhando pra se mesmo, com seu negócio próprio.*

Paulo: *O sindicato, em anos anteriores, já ofertou, como por exemplo, o curso de informática, nos níveis 1 e 2, curso de corte e costura, também podemos citar o curso de pintura, esses que são ofertados para jovens e adultos, outros cursos de capacitação profissional por exemplo, com parcerias com institutos federais, a exemplo do IF-Baiano, de Guanambi, tudo isso é um leque né, de oportunidade que o sindicato oferece aos jovens e adultos e principalmente o jovem, né, que tá começando.*

Julia: *Além dos cursos que ele oferece lá, que é o curso de... pintura, corte e costura, tem o de... teve, é juntamente com parceiros o curso de pedreiro, carpintaria, maquinista, teve também... um curso de montador de torres eólica.*

De acordo com as falas da maioria dos entrevistados, os jovens que participam do sindicato se constituem como uma parcela considerável, porém ainda pequena em relação a totalidade de jovens do município, não configurando a maior parte destes jovens como sujeitos participantes do STTR de Urandi. Dos cinco jovens que participaram da pesquisa,

houve apenas uma discordância que pontuou que em sua visão, a maioria dos jovens do município participa do sindicato.

Destacamos que existe entre as respostas apontadas pelos jovens, uma inquietação em relação a uma grande parcela dos jovens que desconhecem o trabalho da entidade e sua real função. Do ponto de vista de parte dos sujeitos da pesquisa, isso se dá devido a falta de motivação e interesse pessoal, pois, se é algo diferente daquilo que causa diversão, distração e entretenimento para tal categoria, nem todos irão participar. Nesse sentido, cabe entender que essa é uma questão frequente na sociedade, onde muitos jovens se colocam numa posição de sujeitos apolíticos, que não se imaginam fazendo parte de um processo de contradição as desigualdades e injustiças, que a cada dia se perpetua e assola as maiorias desse país. Não é nosso intuito culpabilizar a juventude de modo geral, por sua não participação, mas compreender este fato à luz de uma visão mais ampla que considera outros determinantes sociais que interferem nesta chamada apatia política, como por exemplo, o papel das mídias e das redes sociais e a representação da juventude como um momento da vida fortemente marcado por irresponsabilidades e despreocupações, construindo um senso comum que fortalece essa apatia.

Sobre a não participação da maioria dos jovens de Urandi no STTR, destacamos as falas a seguir:

***Margarida:** infelizmente eu vejo que a juventude de um modo geral, tem uma dificuldade por se interessar é, é, é... em questões sociais, em questões políticas, questões que realmente são de total importância, mas a juventude de um modo geral tem dificuldade em reconhecer isso.*

***Felipe:** Tem muitos jovens que participam, desses movimentos sindicais, mas a participação, ainda tá pouca pela quantidade de jovens que a gente tem no município. É... penso eu, que deveria ter assim, uma motivação a mais de ambas partes, tanto do sindicato, quanto dos jovens a estarem mais assíduos na participação desses movimentos.*

***Paulo:** eu vejo com uma certa cautela a participação dos jovens para com o sindicato. [...]volto a defender o sindicato na questão de que isso não é falha do sindicato, né, porque, sempre que há movimentos e ações voltadas para o jovem, há muita divulgação, que seja nos meios de comunicação como em rádio, as mídias né, as redes sociais, cartazes, carro de som.*

Contudo, ressaltamos que os jovens acabam se ausentando, muitas vezes, da militância sindical e da participação em espaços de discussão política, devido a várias questões de cunho histórico e social, e não, necessariamente, somente por falta de interesse ou incentivo. Os dois lados da história devem ser entendidos, pois a sociedade em que vivemos, também nos impõe a sermos individualistas quando percebemos que muitas pessoas se colocam a viver em constante concorrência com o outro. A nossa sociedade não promove a coletividade, onde o

sujeito se preocupa com o outro e comunga de boas práticas em prol de uma vida mais justa, e isso, acaba por ser um espelho que reflete na vida de outros sujeitos.

Na última pergunta que fizemos aos entrevistados foi abordado sobre quais os fatores interferem positivamente e negativamente na participação da juventude no STTR, e os dados levantados não foram distantes em comparação aos já mencionados anteriormente. Foram elencados fatores que interferem positivamente, os convites e encontros promovidos pela entidade, eventos esportivos como campeonato de futebol sem distinção de gênero, incentivo dos pais, o reconhecimento do movimento sindical como importante no contexto das lutas sociais e a formação política. Sobre esta questão acerca dos fatores que interferem positivamente na participação dos jovens destacamos as falas a seguir:

***Paulo:** Quando o sindicato opta por fazer, é... campeonatos por exemplo de futebol, de futsal, é... futebol de quadra, acerta em cheio, né, a atenção desperta em cheio a vontade do jovem em a participar. Isso é muito sabido né, por parte de toda a diretoria de todos aqueles e aquelas que idealizaram, este... esta ação.*

***Margarida:** Os jovens que realmente estão ali participando são porque reconheceram, e entendem a importância da entidade, a importância da sua participação para as lutas sociais.*

***Leidiane:** Bom, eu acho que deveria ter, igual, mais encontros né, tipo nas comunidades também. É, se tivesse nas comunidades, é, despertava mais um pouco da presença dos jovens e o interesse deles em participar também na sede do sindicato.*

Evidencia-se que os fatores positivos são atravessados pelo acesso a espaços de lazer proporcionados por meio do sindicato. Conforme discutido anteriormente o acesso a políticas públicas, dentre elas, espaços de lazer no espaço do campo é algo essencial na discussão acerca da juventude camponesa. O desenvolvimento de algum esporte, aliado a convivência com outros jovens é um elemento que se destaca nas falas dos jovens, momentos de encontro com pessoas da mesma faixa etária, mas que também proporciona a ampliação da visão de mundo aos participantes. Esta necessidade destacada pelos sujeitos participantes da pesquisa está vinculada a histórica negação dessas condições no campo.

Verificamos que na grande maioria das comunidades camponesas, devido à falta de espaços de lazer, muitas vezes a escola, as associações ou os sindicatos acabam se tornando espaços de convivência coletiva também atravessados pelo lazer. Por isso também a importância de as escolas do campo não fecharem. No caso de Urandi, verifica-se que o sindicato vem contribuindo com a constituição de espaços de vivência e diversão e os jovens veem isso de forma positiva, aliada ao processo de formação política empreendido.

Na fala da jovem Leidiane, um elemento que merece destaque se refere a indicação sobre a efetivação de atividades do sindicato nas comunidades de origem e residência dos jovens, que esta possibilidade estaria diretamente vinculada a uma maior participação destes jovens neste espaço sindical. Reconhecemos aqui que muitas vezes é difícil na dinâmica cotidiana do sindicato garantir momentos nas comunidades rurais, mas indicamos que ela precisa ser compreendida como prioridade no conjunto do sindicato.

Ao serem perguntados sobre os fatores que interferem negativamente na participação dos jovens, um dos fatores citados foi a falta de motivação. Na fala do jovem Felipe este elemento fica destacado ao afirmar que os jovens da comunidade, muitas vezes, sem alternativa de retorno financeiro saem “*pra São Paulo, pra trabalhar fora no corte de cana, dentre outras. Isso deixa a nossa comunidade assim, enfraquecida com a participação dos jovens*”. É fato, conforme indicamos no capítulo anterior, que a falta de renda aos jovens do campo gera dificuldades que deixam muitos destes sem outra alternativa, tendo que migrar para outras localidades com a esperança de superar essa condição de insuficiência financeira.

Conforme destacado na fala de Felipe, a saída dos jovens rumo a outros estados e municípios longínquos enfraquece a juventude enquanto coletivo neste município. Compreendemos ainda que esta saída desmotiva os jovens que resistem permanecendo neste espaço.

Julia também menciona o elemento discutido anteriormente neste trabalho acerca da apatia dos jovens, pontuado por ela como a “*falta de interesse mesmo do jovem tá buscando, conhecimento para que ele possa permanecer no campo com qualidade de vida[...]. Infelizmente, muitos ainda não reconhece esse papel do sindicato*”.

Por fim, o levantamento de dados possibilitou compreender os diferentes pensamentos, as inquietações dos entrevistados que foram surgindo no decorrer das entrevistas, e novas ideias de como o sindicato deve fortalecer as práticas de aproximação e inserção da categoria jovem rural no seu espaço. Espaço esse onde há um debate, uma formação e construções coletivas por uma sociedade mais justa.

Também possibilitou discutir apontamentos referente ao que já está dando certo para estimular os jovens a participarem. Um fato importante é a inclusão de jovens na diretoria do sindicato que se verifica ao olhar para os membros que compõem as comissões e diretoria mais recentes, e isso significa que o sindicato de Urandi a cada dia se renova, mesmo com desafios a serem enfrentados e com isso, contribui com a constituição dos e das jovens sendo capazes de contribuir nas suas atividades internas, nas decisões importantes que precisam ser tomadas, assumindo responsabilidades, e enquanto sujeitos que sabem o que quer, o que

pensa, tem potencial para defender a existência da entidade e lutar em prol da classe trabalhadora do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento do sindicalismo no Brasil e a presença dos jovens nos movimentos sociais e sindical, é um fator ainda recente para se discutir de uma maneira mais ampla. Por isso, acaba sendo um desafio procurar entender, como esse processo de atuação dos jovens, em especial o jovem rural se dá nesses espaços de luta onde a classe trabalhadora tem voz para demandar melhores perspectivas de vida para sua gente.

No Brasil, o sindicalismo tem resistido, pois é necessário continuar a existir em tempos de contrariedades na política neoliberal que vivenciamos no decorrer desse estudo e que se faz presente na atualidade do país. Nessa pesquisa, é perceptível que o STTR de Urandi tem feito algo pelos jovens, mas também, pelos associados sem distinção de faixa etária. O fato de a entidade ter em seu grupo gestor jovens atuantes, é relevante para entendermos que o jovem quer sim ser valorizado, quer sim estar nesses espaços, só precisa de oportunidade para dar sua contribuição.

Foi discutido no capítulo sobre a juventude, que o jovem se encontra em situação de impotência na sociedade. Digo isso em decorrência da falta de uma atenção maior para essa categoria, com oportunidades e projetos que sejam possíveis de possibilitar uma vida melhor para esses sujeitos. É nesse sentido de oportunizar, e confiar responsabilidades, que cada vez mais, devemos mostrar para a sociedade nosso grito de insatisfação, de rejeição as arbitrariedades dos governantes que dispõe do poder para facilitar a vida das minorias, e dificultar a vida das majorias que presencia o aumento incessante da desigualdade no dia a dia.

Para tanto, estudar a juventude rural e sua vinculação nos espaços de luta, nas manifestações, demonstrou uma necessidade de haver mais aprofundamento, em ir além nesse processo de entender as limitações e potencialidades da juventude que distancia os jovens e também os aproximam desses espaços. Talvez esse estudo possa ser ampliado num âmbito de uma pós graduação, sendo que a construção deste trabalho abriu um leque de novos questionamentos que nos leva a querer explorar mais, e a pensar em ir mais além no processo investigativo.

Contudo, para pesquisar a participação dos jovens rurais de Urandi no STTR, sem dúvida alguma, foi importante primeiramente entender como surgiu o sindicalismo, e se estruturou ao longo dos anos como ato de resistência ao sistema capitalista, sobre a exploração da força de trabalho do trabalhador e da trabalhadora e sua desvalorização, ao

mesmo tempo, com os baixos salários versus o acúmulo de capital pelos patrões que se quer se colocam no lugar do trabalhador para entender o real valor do trabalho árduo que muitos e muitas tendem a fazer. Trouxemos também, uma discussão para entender o conceito de juventude, a Educação Do Campo como perspectiva de valorizar os sujeitos do campo, suas práticas no campo, suas origens através de uma escolaridade adequada para a categoria supracitada.

E por fim, aprofundamos na participação da juventude rural de Urandi no sindicato rural do município, que nesse sentido, ficou claro a necessidade de continuar existindo e defendendo os povos do campo vinculados a entidade. Os levantamentos de dados através da pesquisa, foi o ponto chave para concluir este trabalho. Os resultados indicam que o STTR tem se posicionado a favor dos jovens, dos idosos com a promoção de eventos de socialização, digo isso, referente ao momento que antecipou a pandemia que vivemos atualmente. Tem desenvolvido e ofertado cursos, que de certa forma, foi essencial para alguns jovens se projetarem na sua independência financeira, numa formação mais humana valorizando a coletividade e, tudo isso através de um projeto de inclusão social.

No mais, acredito que este trabalho possa ter inquietado o leitor e contribuído para compreender alguns empasses da vida social também abordado neste trabalho, que desencadeiam em aspectos que nos causam indignação, e que tem o poder de nos incumbi de pensar como podemos ser seres humanos melhores, respeitando as diversidades, proporcionando pensar na coletividade em prol de uma sociedade mais justa. Acreditar em um mundo melhor, não é apenas acreditar. É também um desejo de vermos uma sociedade mais igual, e menos cruel.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena et al. **Estação Juventude: conceitos fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas**. 2014.p.19 <Disponível em> **Políticas públicas de juventude - Biblioteca Digital de Juventude**. Acesso em 08/11/2019
- ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil** (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Niterói (RJ): PPGH/UFF, 2012.<Disponível em>**Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)**.Acesso em:14/09/2020.
- ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo**. 2008.p.28<Disponível em> **Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo**. Acesso em:11/11/2019
- BOGO, Ademar (org.). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. -2. ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.43
- BORGES, Altamiro. **Origem e papel dos sindicatos**. Confederação Nacional dos Trabalhadores, 2006.p.1-3-5-9 <Disponível em>> **Origem e papel dos sindicatos – Contag**. Acesso em: 29/09/2017
- CALDAR, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.<Disponível em> **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Acesso em: 17/09/2019
- CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p.740.
- CARDOSO JR, José Celso. **Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento**. INCERTEZAS E SUBMISSÃO? p. 151, 2019. <Disponível em> **Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento**. Acesso em: 13/03/2021
- CARVALHO, Teresa Mônica Maia de. **CAPÍTULO 1. Caminhos e descaminhos do repertório de ação dos mediadores rurais: a atuação da CONTAG e do MST na circunstância da transição democrática** / Teresa Mônica Maia de Carvalho, 2013. p.55 131 f. <Disponível em> <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2013%20Teresa%20Maia.pdf>. Acesso em: 26/09/2019
- CONTAG, **a juventude rural e sua caminhada na CONTAG** / organizadores Maria José Morais Costa, Eryka Danyelle S. Galindo, Armando Santos Neto; ilustrador Raphael C. Freitas. – Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, 2016. – 100 p.: il. - (Experiências da secretaria na CONTAG; v. 1). ISBN 978-85-63462-17-6<Disponível

em>http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1053880881_08112018164505.pdf. Acesso em 23/09/2020.

CONTAG, **Juventude Rural e sua Caminhada na CONTAG. Revista Experiência da Secretaria na CONTAG**, Brasília, v. I, 2016. <Disponível em:> http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1053880881_08112018164505.pdf. Acesso em: 19/02/2020.

CONTAG, **Reflexões sobre o fazer pedagógico na formação de lideranças e dirigentes sindicais rurais: desenvolvimento territorial com ênfase na educação do campo**/organizado por Eliene Novaes Rocha, José Wilson Souza Gonçalves. -Brasília, DF: CONTAG, 2010.210p.;21cm. -(Cadernos Pedagógicos da Educação do Campo; v.1)

CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de et al. **O governo democrático de Getúlio Vargas através dos cinejornais**. 2013.p.17. <Disponível em> **O governo democrático de Getúlio Vargas através dos cinejornais**. Acesso em:04/07/2019.

COSTA, Cleber; DE SOUZA, André; CARVALHO, Lisiane. **As reformas de base e o golpe de 64**. Em Debate, n. 3, p. 1-9, 2007. < Disponível em> **As reformas de base e o golpe de 64**. Acesso em:18/07/2019.

COTRIM, Gilberto, 1955-. **História Global -Brasil e Geral-** volume único / Gilberto Cotrim. -8. ed.-São Paulo: Saraiva, 2005.p280

DALLARI, Dalmo de Abreu. **A ditadura brasileira de 1964**. São Paulo: DHNET, 2013. <Disponível em> **A ditadura brasileira de 1964**. Acesso em:18/07/2019

de CASTRO, Elisa Guaraná... [et al.]. - **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009. P.43

COGGIOLA, OSVALDO. **Os inícios das organizações dos trabalhadores**. Revista Aurora, v. 3, n. 2, 2010. p.11. Acesso em 01/04/2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas**. Revista Grafia, v. 9, p. 175-191, 2012. <Disponível em> **O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas**. Acesso em: 17/07/2019

FRANÇA, Janaina. **Memórias Trajetórias e Lutas. Revista A História do STTR de Urandi-BA**, v.1, junho 2018, p.48<Disponível em> Memórias, Trajetórias e Lutas: A História do STTR ... – Calaméo. Acesso em 16/04/2020.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. <Disponível em> **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Acesso em 19/02/2020.

GÖETTERT, J. D. **Introdução da história do movimento sindical**. Cuiabá/MT: SINTEP, 2001. P.40 <Disponível em> Introdução à História do Movimento Sindical (PDF) – CNTE. Acesso. em: 25/04/2019

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 1986.p.161 <. Disponível em> **História da riqueza do homem** Acesso em: 26/03/2019.

JEOLÁS, Leila Sollberger et al. **Juventude e trabalho: entre " fazer o que gosta" e " gostar do que faz"**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 2, p. 35-62, 2002. <Disponível em>**Juventude e trabalho: entre " fazer o que gosta" e " gostar do que faz"**. Acesso em: 06/01/2020.

JÚNIOR, ARY RAMOS DA SILVA. Governo Lula: **Algumas Considerações Sobre Um Período Importante Da Sociedade Brasileira**. **Revista Do Agronegócio** – Reagro, Jales, V. 3, N. 1, P. 13-31, Jan./Jun. 2013, p13-14 <Disponível em> **Governo Lula: Algumas Considerações Sobre Um Período Importante Da Sociedade Brasileira**. Acesso em: 8/8/2019.

LEPERA, Luciano Patrice Garcia et al. Espaço e política: **o PCB e suas ações no território brasileiro (1922-1964)**. 2015.p.101<Disponível em> **Espaço e política: o PCB e suas ações no território brasileiro (1922-1964)**. Acesso em:04/07/2019.

Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi**, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Bibliografia ISBN 85-224-3397-6 Ciência - Metodologia 2. Pesquisa - Metodologia I. Marconi, Marina de Andrade. II. Título. <Disponível em>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade ...Acesso em: 30/04/2021.

MACHADO, Eliel. **A (des) constituição de classe no MST: dilemas da luta anti-sistêmica**. Lutas Sociais, n. 17/18, p. 170-182, 2007. <Disponível em> **A (des) constituição de classe no MST: dilemas da luta anti-sistêmica**. Acesso em:17/09/2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Zahar, 2003. <Disponível em> **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Acesso em 28/05/2019.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores no Brasil/ Marcelo Badaró Matos, --1, ed, --São Paulo: Expressão Popular, 2009. P.106**

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Marchando com a família, com Deus e pela liberdade**. O" 13 de Março" das direitas. Varia história, v. 21, n. 33, p. 234-249, 2005. <Disponível em> **Marchando com a família, com Deus e pela liberdade. O" 13 de Março" das direitas**. Acesso em:22/07/2019

NATIVIDADE, MELISSA DE MIRANDA. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL (1961-1964)**. 2013. <Disponível em> **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL (1961-1964)**.Acesso em: 28/08/2019.

NERY, Vanderlei Elias. **Diretas Já. A busca pela democracia e seus limites**. 2010. p.118. <Disponível em> **Diretas Já**. Acesso em:30/07/2019STÉDILE, J.P. FERNANDES, B.M. Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. **Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias**. Caminhos de Geografia, v. 5, n. 11, 2004. p.85. <. Disponível

em> transformações no mundo do trabalho, da revolução ...
. Acesso em: 12/02/19

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **UNION PLURALITY IN THE FIELD? FAMILY FARMERS AND PAID RURAL WORKERS IN A DISPUTE SETTING**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 104, p. 201-238, 2018.<Disponível em> UNION PLURALITY IN THE FIELD? FAMILY FARMERS AND PAID RURAL WORKERS IN A DISPUTE SETTING. Acesso em:10/09/2019

PRADA, L.; FERREIRA, J. **COVID-19, Diabetes e Vacinas**. *Revista Portuguesa de Diabetes*, v. 15, n. 4, p. 131-138, 2020. <Disponível em> COVID-19, Diabetes e Vacinas. Acesso em: 13/03/2021

RABELLO, Diógenes; DE OLIVEIRA, Luciano Benini; FELICIANO, Carlos Alberto. **PERMANECER OU SAIR DO CAMPO? UM DILEMA DA JUVENTUDE CAMPONESA**. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 15, n. 1, 2014. <Disponível em> **PERMANECER OU SAIR DO CAMPO? UM DILEMA DA JUVENTUDE CAMPONESA**. Acesso em 07/01/2020.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2011.p.49 <Disponível em> **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro**. Acesso em: 28/08/2019

RAMOS, Carolina. **CONTAG: Distantes abordagens e base social**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH. São Paulo, 2011. <Disponível em> **CONTAG: Distantes abordagens e base social**. Acesso em:10/09/2019.

ROSSI, Waldemar- **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**/Waldemar Rossi, William Jorge Gerab. –1. ed. – São Paulo: Expressão Popular; 2009. p.15-18.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais**. Revista Teias, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017.<Disponível em>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O ...Acesso em:25/09/2020.

SILVA, JORGE E. **O nascimento da organização sindical no Brasil e as primeiras lutas operárias**. 2000. <Disponível em> **O nascimento da organização sindical no Brasil e as primeiras lutas operárias**. Acesso em: 29/05/2019.

SOARES, Raí Vieira; DE QUEIROZ NOBRE, Maria Cristina. **O golpe de estado no Brasil em 2016 e inflexões na política de educação superior**. Revista de Políticas Públicas, v. 22, n. 2, p. 799-822, 2019.<Disponível em>**O golpe de estado no Brasil em 2016 e inflexões na política de educação superior**. Acesso em: 15/03/2021